

CADERNOS



Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil

(Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos
Humanos do GPDH-IEA/USP)

Wânia Pasinato
Raissa Wihby Ventura
(organizadoras)

n. 133

Outubro de 2021



**Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres
no Brasil (Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos
Humanos do GPDH-IEA/USP)**

Wânia Pasinato
Raissa Wihby Ventura
(organizadoras)

Cadernos Cedec nº 133

Outubro de 2021

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

André Botelho, Angélica Cuellar (UNAM, México), Cícero Araújo, Eucaris Olaya (UNAL, Colômbia), Germán Silva Garcia (ILAE, Colômbia), Iram G. Rodrigues, Miguel Chaia, Pedro Meira Monteiro (Princeton, EUA), Raquel Kritsch, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA

Diretor Presidente: Bernardo Ricupero

Diretora Vice-presidente: Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Diretora tesoureira: Natalia Mello

Diretora secretária: Maria Rita Loureiro

Diretor de Publicações: Bruno Konder Comparato

COMITÊ EDITORIAL

Andrei Koerner

Pedro Henrique Vasques

Raissa Wihby Ventura

William Torres Laureano da Rosa

Cadernos CEDEC / Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. – n. 1,
(1983)– . – São Paulo: CEDEC, 1983–

Irregular, 1983 (1)–2017(122); quadrimestral, 2017(123-)

ISSN 0101-7780 (impresso)

A partir do n.123 somente online (impressão apenas sob demanda).

I. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

CADERNOS CEDEC – NOVA SÉRIE

Cadernos Cedec é publicação seriada, de periodicidade trimestral, que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre temas diversos de interesse do Cedec, realizados por seus associados, por pesquisadores convidados e pela comunidade acadêmica.

Iniciada, em 1983, a publicação dos *Cadernos* chegou a 121 números, em 2016. A partir de 2017, os *Cadernos Cedec* iniciam Nova Série, com redefinição de seus objetivos, modelo e forma para adequar a divulgação do conhecimento às condições atuais das mídias digitais.

Trata-se da publicação de trabalhos com escopo e extensão mais amplos que artigos de periódicos científicos. A ênfase se refere à apresentação detalhada de problemas e objetivos de pesquisas, sua formulação teórico-metodológica, dados levantados e análises ampliadas dos resultados alcançados. Os *Cadernos* também incluem dossiês temáticos e a memória de seminários e debates sobre temas da atualidade e de outros eventos realizados pelo Cedec e/ou por instituições parceiras.

O Conselho Editorial passa a integrar novos membros, brasileiros e estrangeiros. Com isso, será possível assegurar a pluralidade de temáticas e de perspectivas teóricas e metodológicas, mantendo a diretriz institucional que privilegia a qualidade da pesquisa em temas prioritários.

Os *Cadernos Cedec* passam a ser publicados exclusivamente em mídia digital. Sua identidade visual e projeto gráfico foram remodelados e as publicações serão inseridas em plataforma de editoração eletrônica (SEER) para facilitar o acesso aos leitores e sua indexação em bases de dados.

Os *Cadernos Cedec* adotam as mesmas normas de publicação que a Revista Lua Nova (<http://www.cedec.org.br/luanova/artigos/>), mas com extensão de 35 a 80 páginas ou de 75 a 175 mil caracteres.

Dado o seu caráter institucional, os *Cadernos Cedec* recebem apenas propostas de publicação apresentadas por integrantes de seu Conselho Editorial e de seus associados.

Sumário

Apresentação do Ciclo: “Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP”	5
Apresentação do Evento: “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil”	9
Abertura do Evento	12
Roseli de Deus Lopes	12
Guilherme Ary Plonski	14
Paulo Cesar Endo	16
Exposições	18
Jacqueline Pitanguy	18
Rosiska Darcy de Oliveira	25
Solange Bentes Jurema	32
Emília Fernandes	39
Irieny Lopes	48
Eleonora Menicucci	53
Nilma Lino Gomes	58
Homenagem	61
Manifesto das Ex-Presidentas e Ex-Ministras dos Organismos de Políticas para Mulheres: Os Direitos das Mulheres são Conquistas Diárias	63

Apresentação do Ciclo: “Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP”

A Memória das Políticas Institucionais de Direitos Humanos da Democracia Constitucional Brasileira: Contra o arbítrio, a violência e a discriminação

Wânia Pasinato, Paulo Cesar Endo e Andrei Koerner

Os ataques ao governo Dilma Rousseff iniciados em 2013 voltaram-se contra um governo legítimo e tiveram um propósito claramente definido: bloquear o reconhecimento, a consolidação e a promoção dos direitos da maioria da população. Esse reconhecimento se traduziu ao longo dos últimos anos em políticas institucionais de direitos humanos que se integraram num processo gradual e cumulativo para tornar efetivos os direitos da maioria, se não da totalidade, da população. As políticas não têm sido obra exclusiva de uma liderança, partido político ou grupo social, pois são produzidas por um trabalho coletivo e participativo, multifacetado e capilarizado que se vale de leis, de políticas estatais nos diversos níveis e da atuação conjunta da administração com movimentos e organizações da sociedade. Não é possível dizer que tenham um objetivo único, pois é um trabalho diversificado e abrangente, de caráter substantivo, concretizador e diferenciado. Por isso, ele não é desprovido de tensões, conflitos, erros, que sempre demandaram diálogo, negociações, avaliações, ajustes, correções. Mas essa abordagem e orientação geral produziu nítidos resultados: a partir dos princípios da democracia constitucional e por meio dos seus processos, foi possível vetorizar um grande conjunto de transformações em direção à mudança do caráter historicamente excludente, explorador e desigual da sociedade brasileira, de modo a criar as condições para a emergência de formas de sociabilidade, sensibilidades e sentidos políticos de uma ordem social justa no nosso país.

A orientação das políticas estatais para a democratização e justiça social na sociedade brasileira foi um dos principais alvos do golpe parlamentar de 2016. Seu desmonte foi o foco das mudanças legislativas antissociais do governo Temer e, com mais gravidade, a sua destruição é o propósito do governo protofascista eleito em 2018. O atual governante reitera os ataques à democracia constitucional e aos direitos humanos que marcaram sua atuação parlamentar, promovendo discursos de ódio e repetidas mobilizações incitando, clara e abertamente, seus apoiadores a atitudes golpistas e antidemocráticas. De muitas maneiras o governo vigente promove verdadeiras antipolíticas de direitos humanos: mudanças legislativas, o fechamento de órgãos e colegiados voltados à promoção de direitos, cortes orçamentários em políticas de direitos, nomeações de dirigentes inaptos ou hostis às suas funções e, ainda, a pura e simples inação diante de violações ou condições precárias enfrentadas pela maioria da população. Os programas de direitos humanos que estavam em andamento no início do atual mandato presidencial foram esvaziados, inviabilizados ou desviados dos seus propósitos, ao mesmo tempo em que outras ações indiretas precarizaram a condição dos grupos protegidos por direitos ou apoiaram aqueles que os atacaram.

É desafiador que, passados três anos desde o início desse mandato, o governo federal conte com partidos e parlamentares para dar sustentação às suas políticas e revogar a legislação de controle público e de promoção de direitos, valendo-se do uso privado e não transparente de recursos orçamentários. O mais grave é que grupos que apoiam o atual governante cristalizaram-se e, juntos, têm sido capazes de manter ativo o que há de mais nefasto historicamente na sociedade brasileira: uma mentalidade que combina política oligárquica, moral conservadora e a naturalização de relações sociais hierárquicas e excludentes que, por sua vez, é apoiada por vários grupos e frações da sociedade brasileira. Essa mentalidade havia sido adormecida parcialmente pelas políticas de inspiração democrática; contudo, sentindo-se fortalecidos e apoiados pelo atual presidente, aqueles grupos reagiram com atos, ações e discursos de agressividade e ressentimento que perduram e perdurarão no futuro. Do mesmo modo, sem perda de tempo, organizam-se pelo país muitas iniciativas para manter o atual governo na presidência, bem como para alcançar governos, prefeituras e cadeiras nos parlamentos. Assim, as políticas de direitos humanos, desde que foi iniciado o ciclo da redemocratização, hoje interrompido, vêm sendo desmanteladas exatamente pelas suas qualidades e fragilidades: a sua capacidade de promover mudanças nas instituições, mentalidades e relações

sociais iníquas de nossa sociedade e uma institucionalidade frágil que sofre com as muitas formas de enfraquecimento, descaracterização, ataque e descaso empreendidos por governos.

A comunidade acadêmica também tem sido afetada por esse processo de desmantelamento sendo alvo de sucessivos ataques do governo atual. A Universidade soube responder às violações de sua autonomia institucional, às tentativas de intimidação e de desqualificação, mas padeceu enormemente com as mudanças de políticas federais para a educação de nível superior. É essencial preservar sua vocação de criadora de pensamento laico e crítico, de fator de inclusão e mobilidade social, e de produtora de conhecimentos que estimulam o desenvolvimento econômico e a mudança social.

Posicionando-se diante dos ataques, o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória (GPDH) do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) propôs-se a colaborar na construção da memória institucional das políticas de Estado de direitos humanos no Brasil desde a democratização, por meio da realização de um ciclo de eventos, debates e manifestos. Temos procurado trabalhar nesse período difícil para que a Universidade contribua para agregar forças, competências, organizações e pessoas pelos direitos humanos no Brasil.

Em 2019, o IEA/USP apoiou a realização de encontros de ex-ministros e ex-ministras que estiveram à frente das pastas de Meio Ambiente, Educação e Cultura nos anos 1990 a 2016. A cada encontro a celebração dos avanços foi mesclada com o reconhecimento das perdas provocadas pelas diretrizes políticas atuais e manifestos foram divulgados e entregues aos atuais ministérios. Reconhecendo a força desses eventos e a importância em preservar a memória do desenvolvimento das políticas de direitos humanos, o GPDH organizou o Ciclo de Memórias sobre a Política Institucional.

O primeiro evento do ciclo, realizado em 14 de maio de 2021, abordou a “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil” com a participação de ex-presidentas do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e ex-ministras da Secretaria de Políticas para Mulheres e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos entre 1985 e 2016.

O segundo evento do ciclo, realizado em 1º de outubro de 2021, foi a “Construção e Desmonte das Políticas Nacionais de Direitos Humanos no Brasil”, que reuniu ex-secretários, ex-

secretárias, ex-ministros e ex-ministras que ocuparam as Secretarias dos Direitos Humanos desde a sua criação até o governo da presidenta Dilma Rousseff. Em 23 de novembro de 2021, outro evento debateu o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o Brasil. Em 2022 será organizado um evento sobre o desmonte das políticas de combate à tortura, a violência institucional e outros a serem definidos.

O IEA é, por sua proposta e trajetória, o espaço por excelência para realizarmos a vocação e a tarefa crítica da Universidade. A direção atual dos professores Guilherme Ary Plonsky e Rosely de Deus Lopes deu pleno apoio à iniciativa do GPDH, permitindo que ela tenha as condições necessárias para obter a abrangência e a repercussão adequados ao seu propósito, mas também por entenderem que as ameaças atuais atingem a vida acadêmica e universitária no seu cerne. Faz-se isso debilitando os auxílios à pesquisa ou desviando recursos para pesquisas específicas, vigiando e patrulhando o ensino e descaracterizando a extensão.

O Cedec, centro de pesquisa e análise criado em 1976 durante a redemocratização, tem em sua trajetória a marca de se posicionar diante das ameaças e desafios à democracia. A sua diretoria atual, presidida pelo professor Bernardo Ricupero, apoiou a organização dos eventos e a publicação das sessões e dos documentos dos eventos em seus *Cadernos*.

Assim, com a organização do ciclo, o GPDH propôs-se a promover o diálogo entre convidados e convidadas para que construam um diagnóstico conjunto sobre as políticas e institucionalidades dos direitos humanos no Brasil. Nosso propósito é também tornar pública nossa posição coletiva contrária à destruição das políticas de direitos humanos promovidas especialmente pelo governo atual e defender a união de todos/as os/as democratas para a (re)construção dessas políticas. Atuando e trabalhando como polo articulador para o pensamento, a ação e a produção científica em e pelos direitos humanos, as/os pesquisadoras/es que compõem o GPDH se apresentam como uma das respostas necessárias e possíveis diante dos graves riscos pelos quais atravessa o país e, particularmente, como defensores da importância conferida aos direitos humanos em sua centralidade na construção de qualquer sentido que a democracia possa e venha a ter hoje e no futuro.

Apresentação do Evento: “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil”

Arquivo de Mulheres pelo Direito à Memória, à Democracia e à Vida

Gabriela Gramkow, Livia Santiago, Raissa Wihby Ventura,

Tânia Corghi Veríssimo e Wânia Pasinato

O evento “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil”, realizado no dia 14 de maio de 2021 e transmitido pelo canal do IEA,⁰¹ contou com a presença das Presidentas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e das Ministras da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos. O encontro foi o marco inaugural do “Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos”, proposto, organizado e realizado pelo Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Democracia e Memória” do Instituto de Estudos Avançados da USP (GPDH/IEA) para os anos 2021 e de 2022.⁰²

Ao promover o encontro das vozes potentes de Jacqueline Pitanguy, Rosiska Darcy de Oliveira, Solange Bentes Jurema, Iriny Lopes, Eleonora Menicucci e Nilma Lino Gomes, o evento cumpriu seu objetivo primeiro, qual seja, abrir um espaço para (contra)narrarmos, no nosso presente, a história das ações responsáveis por construir as políticas públicas de gênero e para as mulheres no Brasil.

Tomando o passado e o presente das políticas relativas ao gênero, às mulheres e aos direitos humanos, cada uma das intervenções tomou como ponto de partida a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, como um marco. Um ponto de início responsável por impulsionar a construção de uma agenda de defesa dos direitos das mulheres com o desenvolvimento de políticas públicas dedicadas à ampliação e ao acesso do exercício da

01 O evento foi retransmitido em tempo real pelos seguintes canais parceiros: Jornalistas Livres, Psicanalistas pela Democracia (PPD) e Jornal GGN.

02 O evento foi uma realização do [Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória](#) (IEA/USP) que recebeu o apoio do [Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação](#) (CEPIA), do [Consórcio Lei Maria da Penha](#) do [Jornal GGN](#), do [Jornalistas Livres](#), do [Psicanalistas pela Democracia](#) (PPD) e da TVA.

cidadania de todas as mulheres brasileiras.

As décadas que seguiram foram marcadas por avanços significativos com a aprovação de leis, pela formulação de diretrizes e pela implementação de políticas com base na perspectiva de gênero, alinhadas às recomendações internacionais de direitos humanos e em estreito diálogo e parceria entre o governo e as diferentes representações da sociedade civil.

Cada um desses avanços inegáveis, não obstante os desafios e obstáculos enfrentados, começa a conhecer entraves significativos com a ruptura institucional, em 2016, colocada em curso pelo impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Tal evento representou tanto um golpe contra a democracia brasileira quanto uma fratura na continuidade da história das políticas públicas – em especial, aquelas relativas ao gênero, à sexualidade, à raça e aos direitos humanos. A retirada da expressão gênero dos documentos oficiais; a redução de recursos financeiros, técnicos e administrativos para o desenvolvimento das políticas para as mulheres; a interrupção do ciclo de formulação e implementação dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres; e a diminuição da capacidade política, administrativa e técnica da Secretaria de Políticas para Mulheres para coordenação dessas políticas, são alguns dos eventos representativos do que nomeamos como ruptura acompanhada de um desmonte.

No governo do atual presidente Jair Bolsonaro, o desmonte parece não encontrar limites. As ações destrutivas têm sido agravadas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, cujo viés conservador contribui para descaracterizar os avanços das décadas anteriores. Nesse contexto impôs-se, como parte das respostas urgentes, a tarefa de reavivar a memória do que foi conquistado no âmbito do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, da Secretaria de Políticas para Mulheres e do Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

O encontro de ministras, secretárias e presidentas apresentou-se como uma oportunidade de debatermos o passado, o presente e o futuro das políticas relativas ao gênero, às mulheres e aos direitos humanos no Brasil. O resgate de uma memória viva, aberta para o futuro e implicada com os desafios vindouros perpassou cada uma das intervenções. E mais, o olhar conjunto, formado naquele encontro, apontou para a urgência de seguirmos inarredáveis em uma luta de enfrentamento aos ataques, aos desmontes e ao impulso de

destruição, apagamento e silenciamento que parece marcar o nosso presente.

Sabemos, nenhum direito conquistado pode ser tomado como garantia permanente. É precisamente porque reconhecemos essa característica que enxergamos resistência e (re) construção na ação de recontar e reafirmar as possibilidades abertas por quem deu o tom e os termos das conquistas daqueles direitos e instituições atingidos, hoje, como alvos. E assim, com cada uma daquelas vozes reunidas e com o que elas fizeram ressoar vimos nossos horizontes de possibilidades serem esticados: “Resistam e fortaleçam as trincheiras de luta e de trabalho em defesa dos direitos das mulheres”, disseram em coro através do Manifesto “Os direitos das mulheres são conquistas diárias”.⁰³

Neste campo aberto pelo debate democrático, plural e tolerante, resgatou-se o passado para planejarmos o futuro de uma agenda política desenhada no nosso presente. Inspiradas por esse trânsito entre temporalidades, lembramos que é “sobretudo, pelas jovens, para que as futuras gerações vivam em um país que respeita as mulheres como cidadãs plenas de direitos em suas vidas educacional, profissional, afetiva, familiar, sexual, reprodutiva, política” é que o chamado para a luta continua a ecoar.

Partindo do encontro e do que ele criou, lançamos, nesta edição dos *Cadernos do Cedec*, em parceria com o IEA/USP, a reunião das intervenções feitas durante o evento “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil”. Porque a memória é viva e porque a (re)construção e a “nossa caminhada [é] conjunta”, enfatizaram as mulheres naquela ocasião, é que reafirmamos: é o entrelaçar de vidas que “fez e com certeza continuará fazendo a diferença”;⁰⁴ é nesse entrelaçar que depositamos nossas esperanças, nossos afetos e nossa energia de luta. Sigamos, sem (mais) nenhuma a menos.

03 O Manifesto, subscrito por Jacqueline Pitanguy, Rosiska Darcy de Oliveira, Solange Bentes Jurema, Emília Fernandes, Iriny Lopes, Eleonora Menicucci e Nilma Lino Gomes foi apresentado e lido no final do evento. O documento completo está publicado neste número.

04 Cada uma das passagens foi retirada do Manifesto “Os direitos das mulheres são conquistas diárias”.

Abertura do Evento

Roseli de Deus Lopes

Vice-diretora do IEA

Boa tarde, Wânia, muito obrigada pelo convite para abrir o evento. Queria cumprimentar o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos Democracia Política e Memória, em nome do professor Cesar Endo, coordenador de Grupo que aqui está conosco e da professora Wânia, que faz parte desse grupo, pela organização deste encontro. Quero agradecer muito às nossas convidadas especiais, que foram presidentas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher: Jacqueline Pitanguy, Rosiska Oliveira e Solange Jurema; e às que foram ministras, da Secretaria de Políticas para Mulheres: Iriny Lopes e Eleonora Menicucci, e, do Ministério da Mulher Igualdade Racial e Direitos Humanos: Nilma Lino Gomes. É uma honra recebê-las aqui.

Em nome da Diretoria, quero falar para vocês que essa temática é extremamente importante para o IEA, e obviamente é importante para o nosso país. Desde 2020 tenho tido a honra de estar aqui junto com o professor Guilherme Ary Plonski, na Diretoria do IEA, e na nossa gestão intensificamos esse tipo de temática, não só na programação dos eventos, mas em todos os processos buscamos cada vez mais garantir a diversidade e a representatividade de gênero. Não basta falar dessas temáticas, a gente precisa praticar aquilo que fala; então, a gente tem feito um esforço para levar não só a preocupação com o assunto, mas informações qualificadas, informações científicas qualificadas sobre o tema, trazendo diferentes atores da sociedade para discutir as questões de mulheres.

Eu sou engenheira. Na minha trajetória de carreira, tenho vivenciado essa situação de ainda sermos poucas em algumas áreas. A representatividade das mulheres em todos os segmentos vinha avançando muito, mas enfrentamos alguns retrocessos. Vou dar até um exemplo da casa: o IEA, em 34 anos de existência, tem pela primeira vez uma mulher na direção, eu como vice-diretora. Outro exemplo, na Poli-USP, escola onde sou docente e onde estudei, em 126 anos de existência, a gente só teve uma mulher na Vice-Diretoria que na sequência se tornou Diretora e é Diretora agora, a professora Liedi Bernucci.

Então, esse tipo de evento é extremamente importante para que a gente consiga vencer os imensos desafios, especialmente das mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade. O nosso país ainda tem uma violência extrema com as mulheres. Então, acho que a gente precisa trazer esse tema à tona, tema que foi amplificado pela pandemia, e a gente precisa se unir para recuperar as políticas públicas e realmente mudar o comportamento das pessoas. Essa é uma questão extremamente importante e, se queremos avançar, temos que avançar como seres humanos, homens e mulheres precisam se juntar para que a gente enfrente e não retroceda, que a gente avance e avance rápido. As meninas e as mulheres podem estar onde elas quiserem, com segurança e com respeito, é isso que a gente precisa construir.

Quero mais uma vez agradecer muito, ficarei aqui na plateia para ouvi-las.

Guilherme Ary Plonski

Diretor do IEA

Muito boa tarde. Obrigado, Wânia. Cumprimento você e o professor Paulo Endo pela criação deste espaço de acolhimento para as personalidades já nominadas.

Habitualmente a professora Roseli e eu dividimos as aberturas dos seminários do IEA que, felizmente, são numerosos. A abertura deste evento já foi feita pela minha colega de direção do Instituto. Todavia, pela representatividade das participantes e, também, pelo tema, solicitei um pequeno espaço de fala para duas mensagens breves.

A primeira é de reforço a algo que, embora óbvio, precisa ser sempre reiterado: a questão da mulher não é só das mulheres, é também dos homens. Com esse entendimento, a USP participa, desde 2016, da iniciativa *HeForShe* da Organização das Nações Unidas.

Peço vênica para me valer de um depoimento pessoal para ilustrar a segunda mensagem. No período de 1994 a 2001 tive a satisfação de coordenar uma nova área na Reitoria voltada ao aumento da “porosidade” da Universidade, a Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais (Cecae). Tínhamos como vizinho no condomínio, então conhecido como o “Prédio da Antiga Reitoria”, o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge). Ocorre que pouco antes de assumir a Cecae eu havia me casado com uma pesquisadora norte-americana, que acabou ingressando no Nemge, quando se mudou de Nova York para São Paulo. Rochelle já tinha um envolvimento com a causa feminina, com ênfase na valorização da mulher na história. Especificamente, dedicava-se (e ainda se dedica) a pesquisar e resgatar a trajetória de mulheres judias no Holocausto. Esse escopo foi ampliado posteriormente para o infelizmente vasto leque mais recente de violências contra as mulheres – desde o ocorrido em outros genocídios até o que ocorre no universal contexto da violência doméstica.

Para encurtar o relato, Nemge e Cecae se encontraram também institucionalmente. Como fruto desse encontro foi gerado em 1996 o então pioneiro *Guia Prático para Educadores e Educadoras denominado “Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência”*, com o apoio do Ministério da Educação. O Guia foi bem recebido e amplamente distribuído na rede pública Cadernos Cedec, n. 133, 2021

de ensino. Dez anos depois, com o esgotamento do estoque original (eram tempos de publicações exclusivamente disponíveis em papel), foi lançada uma segunda edição, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq.

Por razões diversas, Nemge e Cecaé foram descontinuados. Mas a sensível e dinâmica professora Roseli assumiu para o IEA a missão de atualizar substancialmente o *Guia* e reeditá-lo, desta vez em formatos digital e em papel. O *Guia* dialoga com as múltiplas atividades da nossa Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, cuja coordenação acadêmica a professora Roseli acumula.

Estamos em tempos de desconstrução terrível, tempos em que podemos ser tentados pelo desânimo. Quis dar esse depoimento para assegurar a vocês, ícones do movimento em prol das mulheres, que, mesmo nestes tempos bicudos, e ainda mais agora, continuamos e continuaremos a cultivar criativamente nas novas gerações a essencial causa da igualdade e equidade de gênero.

Desejo-lhes um evento frutífero.

Paulo Cesar Endo

Coordenador do GPDH

Boa tarde. Esse momento é importantíssimo para nós, eu diria até simbolicamente decisivo, quando pudemos reunir protagonistas históricas das políticas para as mulheres no Brasil. Conseguimos, felizmente, graças ao trabalho da Wânia Pasinato e da comissão organizadora. E esse momento está sendo atravessado por uma união muito grande de pessoas que nos ajudaram a chegar até aqui. Eu queria nomeá-las, para termos a dimensão do tamanho desse evento e do que conseguimos alcançar, a partir, é claro, do interesse que despertou nas pessoas a vinda de vocês, a reunião de vocês e o manifesto de vocês que será lido após o evento.

Então, queria agradecer com amizade aos Jornalistas Livres que, prontamente, se dispuseram a transmitir ao vivo, juntamente com o IEA, esse evento-manifesto; ao Jornal GGN que, também, não só entrevistou algumas das presentes aqui hoje, como está transmitindo ao vivo junto conosco, e, por fim, os Psicanalistas Pela Democracia que nos apoiou divulgando material em suas redes. Agradecemos também à Agência Patrícia Galvão, a PUC e o *Jornal da PUC* de São Paulo, o Cedec, o Instituto Sedes Sapientiae e o USP Mulheres. Agradecimentos especiais são devidos ao IEA, que está representado por sua vice-diretora Roseli Lopes e por seu diretor Ary Plonsky. O Instituto de Estudos Avançados tem-nos apoiado em todas as nossas iniciativas de maneira aberta, livre e comprometida desde o início de nossas atividades, há quase seis anos. À imprescindível Sandra Sediti, que há anos auxilia nosso grupo tecnicamente, e Sérgio Vilane, por seu trabalho de composição com as mídias livres também agradecemos. Por fim, obviamente, agradecemos à queridíssima comissão organizadora, composta por pesquisadoras do GPDH/IEA-USP. Desnecessário dizer que nada disso teria acontecido sem elas. A comissão foi composta por Gabriela Gramkow, Lívia Santiago, Raissa Ventura, Tânia Veríssimo, e coordenada por Wânia Pasinato.

Encontros como este, na nossa opinião, têm sido decisivos, para fazer frente ao chauvinismo, ao patriarcalismo, à misoginia e ao machismo mais sórdido ocupando os mais altos postos de poder no país, e que têm ameaçado devastar todos os dias, todos os direitos humanos conquistados no nosso país há décadas. Então, esses encontros se fazem necessários, não apenas porque nos informam

e nos reúnem, mas porque também nos instruem sobre como prosseguir em momentos decisivos que estão por vir, certamente em 2022 e a partir de 2022, quando esperamos, a depender da consistência de nossas lutas, que um grande movimento de reconstrução nacional terá início.

Por fim, gostaria de saudar vocês com um poema escrito pela poeta Maya Angelou, conhecida por muitas e muitos. Maya publicou esse poema numa coletânea onde há outro poema mundialmente conhecido intitulado “Ainda Assim Eu Me Levanto”. Dessa coletânea eu escolhi ler um outro poema intitulado “Mulher Fenomenal”, porque me parece que o “Ainda Assim Eu Me Levanto” e “Mulher Fenomenal” têm uma certa cumplicidade poemática, no sentido de que o próprio ato de se levantar da mulher produziria um fenômeno em si mesmo. O erguer-se da mulher produziria uma inflexão ele mesmo. “Mulher Fenomenal”, mulher capaz de criar fenômenos. Dedico então a vocês e a todas as mulheres que protagonizam, todos os dias, essa luta no Brasil para a qual ainda não vemos termo.

“Mulher Fenomenal”, de Maya Angelou:

“mulheres bonitas se perguntam qual é meu segredo, não sou bonita, nem fui construída para caber em roupas de modelos, mas quando começo a falar acham que eu estou mentindo, eu digo, ‘é o alcance dos meus braços, a largura dos meus quadris, o avanço dos meus passos, a curva dos meus lábios’, eu sou mulher de um jeito fenomenal, eu, uma mulher fenomenal, essa sou eu. Eu entro em um lugar com toda tranquilidade e encontro um homem, seus amigos levantam ou caem de mulher fenomenal, essa sou eu. Os próprios homens se perguntam, o que veem em mim, eles tentam muito, mas não conseguem alcançar meu mistério íntimo, quando eu tento mostrar, dizem que ainda não podem ver, eu digo, ‘é o arco das minhas costas, o sol do meu sorriso, a curva dos meus seios, a graça do meu estilo’, eu sou mulher de um jeito fenomenal, uma mulher fenomenal, esta sou eu. Agora você entende por que minha cabeça não está abaixada, eu não grito, nem me exalto, nem tenho que falar alto, quando você me vê passando, deve se sentir orgulhoso, eu digo, ‘é o barulho dos meus sapatos, é a curva dos meus cabelos, a palma da minha mão, a necessidade da minha atenção’, porque eu sou mulher de um jeito fenomenal, uma mulher fenomenal, essa sou eu”.

Sejam muito bem-vindas. Obrigado.

Exposições

Jacqueline Pitanguy

Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1986-1989)

Boa tarde, eu gostaria de começar agradecendo o IEA pela organização desse evento, que é de grande importância nesse momento político do país; agradecer a Wânia Pasinato pelo apoio na sua organização, e também compartilhar a minha alegria por estar aqui com todas vocês, que percorreram caminhos na elaboração, no desenho e na implementação de políticas públicas para as mulheres brasileiras.

Dou início à minha apresentação prestando uma homenagem a duas mulheres que não estão aqui porque já não estão conosco: Ruth Escobar e Nilcea Freire. Ruth teve um papel fundamental na criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), e exerceu por seis meses a sua presidência. Nilcea exerceu com brilho o cargo de ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), entre 2004 e 2010. Elas certamente estariam conosco hoje aqui e teriam assinado esse manifesto que nós chamamos de *As Conquistas das Mulheres são Conquistas Diárias*.

São conquistas diárias porque, desde a conquista do direito ao voto, as mulheres, em sua diversidade, lutam para afirmar a sua cidadania plena e sua igualdade na família, na educação, no trabalho, na política, na sua vida sexual e reprodutiva; para afirmar o seu direito a segurança e a viver uma vida sem violência física, sexual ou psicológica. Nada do que temos nos foi presenteado. Nosso caminho, percorrido até hoje, é de luta pela conquista e implementação de direitos e luta pela sua defesa, em um movimento simultâneo de resistência e avanços.

Reunimo-nos hoje para recordar os avanços conquistados em governos democráticos, e para refletir sobre este momento de fechamento do ciclo virtuoso de afirmação de direitos, iniciado com a Constituição de 1988, em que as mulheres, em uma campanha vitoriosa do feminismo, que uniu movimentos sociais, associações, sindicatos conselhos estaduais e com a eficiente atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que tive a oportunidade de presidir neste momento

histórico, inscrevemos, em nossa Constituição, um patamar de igualdade e equidade nas várias dimensões de nossas vidas.

Para falar sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, primeiro órgão federal a desenhar e implementar políticas públicas para as mulheres, órgão pioneiro também na América Latina, gostaria de trazer um pouco do contexto de sua criação, lembrando que o século XX foi um século com duas guerras mundiais e um saldo terrível de mortes e genocídios, do holocausto, que ainda nos assombra, do fascismo, do nazismo, mas foi também o século das lutas anticoloniais na África, da criação das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de uma série de convenções e tratados internacionais que afirmaram os direitos humanos de sujeitos específicos como as mulheres e crianças, e que trouxeram dimensões da vida como meio ambiente, violência doméstica, saúde sexual e reprodutiva, raça e etnia, para a gramática dos direitos humanos.

O século XX foi também o século em que o movimento feminista irrompeu na esfera pública nacional e internacional como uma força política organizada, influenciando leis e políticas públicas, assim como convenções regionais e internacionais, declarações e planos de ação de conferências da ONU. Foi, assim, um século de destruição e mortes, mas também o grande século dos direitos humanos e da presença de novos atores políticos como movimentos negros, movimentos LGBTQIA+, ambientalistas, povos originários, nos cenários nacionais e internacionais.

Foi também nesse século que a ONU instituiu as Conferências sobre as Mulheres e recomendou a criação de mecanismos estatais que impulsionassem a sua igualdade social. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído em agosto de 1985, no contexto de redemocratização, após 21 anos sombrios de Ditadura militar, foi uma conquista política do movimento feminista e de movimentos de mulheres, unidas na afirmação da necessidade de criar um órgão com autonomia administrativa e recursos orçamentários que levasse a cabo políticas públicas para as mulheres, em sua diversidade. Esse órgão, na realidade, era como um Ministério ou Secretaria com funções executivas, autonomia administrativa e que contava com um Conselho Deliberativo, e com orçamento próprio, o Fundo Especial dos Direitos da Mulher (FEDM) que lhe permitiu um tão importante protagonismo nesse momento fundamental de refundação democrática.

O CNDM se organiza com uma Diretoria Executiva e uma Diretoria Técnica, além da estrutura contábil e administrativa. A ação programática era implementada mediante comissões atuantes nas áreas de: trabalho, saúde, legislação, constituinte, mulher rural, mulher negra, educação, cultura, creche, violência. Foi criado também um Centro de Pesquisa e Documentação, que guardava a memória e produzia informações e pesquisas, inclusive sobre fontes de financiamento para organizações de mulheres. O Conselho contava ainda com um setor de comunicação e uma Assessoria de Imprensa, que divulgava seus programas e os rumos da Constituinte, naqueles tempos pré-internet. Desde seus primeiros anos de atuação buscou transversalizar sua agenda desenvolvendo projetos conjuntos com outros Ministérios.

O Conselho teve papel fundamental na luta para inscrever na Constituição de 1988 os princípios da igualdade e da equidade em todas as dimensões da vida das mulheres: na família, no trabalho, na saúde, na política. Compreendendo a heterogeneidade da categoria mulher, através dessa luta se inscreveram direitos das trabalhadoras domésticas, de mulheres rurais, de mulheres negras, de mulheres em situação prisional. Entre as várias conquistas destaco: a afirmação da plena igualdade entre os cônjuges no casamento; a ampliação da licença maternidade; a instituição da licença paternidade; a afirmação do dever do Estado em coibir a violência intrafamiliar; a afirmação do direito a decidir livremente sobre a vida reprodutiva; a afirmação do direito a titularidade da terra da mulher rural; de direitos previdenciários e trabalhistas das trabalhadoras domésticas; do direito de a mulher em situação prisional amamentar seu filho; a afirmação do direito a creche para crianças de zero a 6 anos; a afirmação da necessidade de medidas para a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho...

Cerca de 80% das demandas das mulheres brasileiras, escritas na *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*, foram asseguradas na nossa *Carta Magna*, em uma campanha histórica conhecida como o *Lobby do Baton* e que contou com o apoio da bancada feminina no Congresso Nacional e de movimentos de mulheres, grupos feministas de associações, sindicatos, conselhos estaduais e municipais, mulheres indígenas, mulheres negras de todo o país

Desde então, ao longo de 40 anos, as políticas públicas para as mulheres e as leis e normas que orientavam tais políticas que se sucederam no país, tinham como pilares a laicidade do Estado, única forma de garantir a liberdade religiosa, o respeito aos direitos humanos e ao pluralismo.

Nessas quatro décadas, representado inicialmente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e depois pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com *status* ministerial, políticas públicas para as mulheres foram implementadas por governos diversos como políticas de Estado, de forma contínua, no marco da alternância democrática no poder.

Certamente havia diferenças e divergências. Mas essas políticas se desenvolviam no embate democrático que permite o contraditório, a discussão e o diálogo, mas que não aceita o aniquilamento moral do adversário e a substituição do debate pela sua eliminação. Tampouco aceita a imposição de qualquer dogma ou credo religioso por sobre as leis que regem uma sociedade plural e que garantem a suas cidadãs e cidadãos, o direito de exercerem qualquer fé religiosa em suas vidas individuais, assim como o direito de não o fazerem.

Lamentavelmente assistimos ao crescimento de uma narrativa de ódio e intolerância que inibe o debate democrático, onde a discussão republicana de ideias é deslocada para o plano de ofensas pessoais. Em governos conservadores, patriarcais e com viés religioso e autoritário, as mulheres são sempre as principais vítimas. Nesse sentido, o que acontece hoje no Afeganistão, dominado por forças políticas religiosas fundamentalistas que esmagam as mulheres, é um exemplo extremo de onde pode levar essa combinação entre religião e poder político, mas não é um ponto fora da curva.

Ao longo de 40 anos, em foros internacionais, o Brasil era ouvido e respeitado. Tinha o que dizer porque realizava uma política institucional voltada para a plena igualdade e autonomia das mulheres. Seus aliados eram os países que defendiam os direitos humanos das mulheres, sua autonomia reprodutiva, e combatiam as desigualdades e o patriarcalismo. Ocupava papel de destaque nas reuniões do Cedaw, Comitê que monitora a implementação da Convenção contra Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, porque no processo de redemocratização de sua vida política o país estabelecia também parâmetros de plena igualdade para o usufruto da vida democrática pelas cidadãs brasileiras.

Hoje, na esfera das Nações Unidas, o Brasil aliou-se a países islâmicos onde as mulheres são ainda cidadãs de segunda categoria, assim como com a Polônia e a Hungria, países com governos ultraconservadores da Europa, em uma aliança para negar às mulheres seus direitos humanos, particularmente seus direitos sexuais e reprodutivos. É importante que as mulheres brasileiras,

cidadãs com plenos direitos, saibam que na esfera das Nações Unidas é com esses países que o Brasil se alia em temas relativos aos seus direitos humanos. Esse grupo de países, que criou uma articulação chamada Consenso de Genebra, da qual se retiraram os Estados Unidos tão logo foi eleito Biden, tem como principal objetivo proibir o acesso ao abortamento em qualquer circunstância, mesmo em casos de estupro, atentando contra a dignidade e saúde das mulheres e meninas.

É importante perguntar: em nome de quem fala o Brasil ao adotar tais posições?

Em reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2020, cujo tema principal era a aprovação de resolução proposta pelo México sobre a discriminação contra mulheres e meninas, o Brasil se colocou contra a inclusão de parágrafos inteiros que recomendavam o acesso a informações e métodos contraceptivos, o acesso a direitos e saúde sexual livre de coerção, e discriminação, assim como contra textos relativos a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis e acesso ao aborto legal. A delegação do Brasil nessa reunião ainda se posicionou contra a inclusão do direito ao acesso universal a educação sexual.

Em nosso país, milhões de brasileiras exercem direitos assegurados na Constituição e em legislações nacionais relativos à sua vida sexual e reprodutiva. Utilizam métodos contraceptivos, recorrem a serviços de saúde para tratar infecções sexualmente transmitidas, podem optar por recorrer ao abortamento seguro realizado em condições médicas e sanitárias adequadas se são vítimas de estupro, correm risco de vida ou se o feto é anencefálico.

É necessário aproximar essas posições do governo em foros internacionais do cotidiano das mulheres e meninas brasileiras, alertar para o fato de que política externa e políticas públicas nacionais se entrelaçam atualmente em uma coreografia perversa de negação de direitos.

O silêncio recente do Brasil no Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, ao se abster junto com o Qatar, a Líbia e o Afeganistão de votar, e aprovar a resolução aceita pela maioria dos governos contra a discriminação de mulheres e meninas e pelos seus direitos sexuais e reprodutivos, não é neutro. É um silêncio que ecoa marcando sua parceria com países que se caracterizam pela submissão das mulheres. E que contrasta com a posição assumida pelo país durante os 40 anos em que a política externa se coadunava com as diretrizes dos órgãos encarregados de desenhar e implementar políticas públicas para as mulheres.

Em nome de quem o Brasil se empenha em destruir o que foi assegurado em documentos internacionais e regionais assinados em outros governos, contrariando inclusive leis e políticas públicas vigentes no país?

Será que fala apenas em nome de radicais fundamentalistas como os que recentemente tentaram negar a uma menina de 10 anos o direito de interromper uma gestação resultante de estupro? Esse fato ocorreu com uma criança do Espírito Santo, vítima de abuso sexual desde os 6 anos, que, amparada por sua avó, buscava interromper a gestação. Chamou a atenção da sociedade como uma afronta à dignidade e saúde de uma criança, mas esse caso é apenas a ponta do *iceberg* em um contexto de avanço das forças religiosas conservadoras governamentais, presentes inclusive no Ministério da Saúde, e que atuam em articulações nacionais e internacionais contra o exercício de um direito assegurado desde a década de 1940. Esse Ministério atuou, em plena pandemia da Covid-19, no sentido de dificultar o funcionamento dos serviços de atenção à saúde sexual e reprodutiva, rejeitando inclusive orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) nesse sentido, com graves consequências na saúde reprodutiva das mulheres e no agravamento da mortalidade materna durante a Covid-19. Editou portarias para dificultar ainda mais o acesso das mulheres ao abortamento legal, chegando inclusive a propor que fosse facilitada à mulher uma imagem de ultrassonografia do feto. E propondo que o médico se reportasse a instâncias policiais em caso de atendimento ao aborto, violando a privacidade entre médicos e pacientes.

Se no campo internacional e nacional assistimos a esse desmonte da posição de respeito aos direitos humanos das mulheres conquistado pelo país, observamos também uma transposição do debate sobre as políticas públicas para as mulheres do campo democrático e plural para uma margem estreita de preconceitos de uma agenda ultraconservadora de moral e costumes.

Com desalento assistimos, no Brasil, a um desmonte desses pilares que sustentaram nesses 40 anos as leis e políticas para as mulheres. A imposição de princípios religiosos a políticas públicas é inaceitável. O atual Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos impõe uma perspectiva religiosa, familista e patriarcal a seus programas e a transversaliza aos Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, da Educação.

Observamos ainda no contexto político um distanciamento da democracia em direção ao autoritarismo que tem a perspectiva de um mundo binário; de um lado, os que se autoproclamam

defensores da pátria, da família, da infância, dos valores ocidentais, e de outro, seus opositores transformados pelo discurso conservador fundamentalista em perigosas categorias políticas de acusação. A politização da religião, qualquer que seja, e sua interferência em leis e políticas públicas acirram essa divisão e a aversão a quem não se coaduna com o projeto conservador de moral e costumes.

O atual debate sobre a educação para a abstinência sexual dos jovens em contraposição à educação sexual nas escolas; a objeção ao conceito de gênero, confundido com uma tal de “ideologia de gênero” que nada significa; a objeção, no caso do aborto, ao ordenamento jurídico do país que determina o direito ao seu acesso em situações de risco de vida, estupro ou feto com anencefalia; uma ideologia familista e patriarcal que prega a obediência da mulher ao homem na família, dominam hoje as políticas públicas para as mulheres no Brasil

A difusão do medo coletivo e da insegurança social é uma importante estratégia do autoritarismo fundamentalista nacionalista que ressuscita o medo ao comunismo, ao socialismo, ao globalismo, a um apocalipse nos alicerces da família. Movimentos feministas, LGBTQIA+, de mulheres negras, de direitos humanos, de mulheres indígenas, ambientalistas, são acusados de agentes de desordem e destruição.

Entretanto, a sociedade brasileira e as mulheres, em sua diversidade, reagem. Denunciam as políticas antigêneros, denunciam o racismo estrutural, a substituição de princípios de direitos humanos por princípios religiosos, a negação da ciência, e a desqualificação moral da oposição. Por isso, porque resistimos, nos reunimos hoje aqui.

Para defender os Direitos Humano das mulheres em sua diversidade, as políticas públicas para as mulheres e reafirmar que esses direitos são conquistas diárias.

Obrigada.

Rosiska Darcy de Oliveira

Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1995-1999)

Boa tarde a todos, boa tarde àqueles que nos acolhem, professor Guilherme e todos aqueles que estão aqui, Paulo, representando o Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). Sou uma leitora assídua da revista de vocês, *Estudos Avançados*, que foi até muito recentemente dirigida por um queridíssimo amigo, o professor Alfredo Bosi, que nos deixou recentemente, e é a cuja memória presto aqui a minha reverência. Portanto, o Instituto de Estudos Avançados da USP me é muito familiar, e um instituto que admiro muitíssimo. Assim, ser acolhida aqui é um prazer e uma honra.

Quero também dizer da minha satisfação, da minha alegria de finalmente podermos nos encontrar porque durante todo esse tempo em que tivemos que adiar o nosso encontro não deixei de pensar que esse encontro seria extremamente importante e que tínhamos muito a nos dizer e, sobretudo, o que nós tínhamos muito a dizer às novas gerações. Porque, como Jacqueline disse muito bem, são 40 anos de luta, são 40 anos, eu diria, de um legado da nossa geração que deve ser levado em conta e que nos foi muito útil, e que nos fez muito felizes nessa luta enquanto nós a vivíamos. Porque estou falando agora aos jovens e às jovens que me ouvem, que podem crer que não foi fácil, que foi sempre um trabalho extremamente árduo e ao mesmo tempo prazeroso, porque tínhamos a convicção de que estávamos quebrando, estávamos tendo o privilégio – um privilégio talvez duvidoso, porque nos custou bastante caro –, o privilégio de quebrar um paradigma milenar que se quebrou na nossa geração.

Eu me lembro muito bem que quando, na madrugada de 16 de setembro de 1995, deixei a conferência de Beijing, a 5ª Conferência Mundial Sobre a Mulher, eu me lembro muito bem de ter pensado, nessa madrugada eu estava muito cansada, tinha cochefiado a Delegação, e perguntei, “será que nós estivemos à altura da nossa geração?”; e respondi que sim, que tínhamos conquistado a altura porque nós tínhamos feito um trabalho, o Brasil, as mulheres brasileiras tinham feito um trabalho muito digno e que daria muitos frutos.

Quero voltar um pouco atrás, ao que precedeu a minha posse no Conselho Nacional. Primeiro, quero dizer que tive a sorte de já encontrar justamente esses alicerces que Jacqueline mencionou, que foi a Constituinte, quero dizer, tudo aquilo que a luta da Constituinte, tudo aquilo que foi inserido na Constituição pela luta das mulheres, e, portanto, isso já era um pilar. Quando encontrei o Conselho em 1995, encontrei um clima muito diferente, encontrei um Conselho que já estava adormecido, que tinha passado um tempo um tanto desativado, e que portanto era preciso reconstruir, reconstruir esse Conselho sobre as bases do que vinha acontecendo, malgrado esse adormecimento do Conselho, vinha acontecendo na sociedade civil, a sociedade civil estava mais viva do que nunca e tínhamos começado, ao longo dos anos 1990, as conferências internacionais da ONU, as conferências da agenda social da ONU.

A primeira delas foi a conferência de 1992, a Rio-92, Conferência do Meio Ambiente, e surpreendentemente, em uma Conferência que se dedicava ao meio ambiente, as mulheres tiveram um protagonismo extraordinário por meio de um evento importante que ficou na memória do movimento chamado Planeta Fêmea em que mulheres do mundo inteiro vieram ao Rio de Janeiro, e aqui no Rio de Janeiro vieram dizer aos homens que estavam reunidos na Conferência que nós estávamos de olho em tudo que eles estavam fazendo, que estávamos preocupadas com o futuro do mundo, estávamos preocupadas com o que tinha sido feito do mundo. Foi muito importante naquele momento, porque as mulheres faziam um passo para além dos seus problemas pessoais, das suas lutas diárias, justamente que eram as nossas, para dizer que nós teríamos doravante voz ativa nas decisões globais e que nós teríamos doravante uma presença respeitada e respeitável nesse mundo global, nesse mundo da diplomacia global.

Foi também uma inauguração em grande estilo da diplomacia das ONG, da sociedade civil junto às conferências, que eram Conferências de Estados, apenas de Estados. Seguiu-se a essa Conferência do Meio Ambiente em 1993 a Conferência de Viena de Direitos Humanos. Mais uma vez lá as mulheres organizaram um tribunal sobre a violência contra as mulheres e um tribunal que foi urgente, importantíssimo, indiscutível de que a violência contra as mulheres era um fenômeno global e o Brasil tinha um papel destacado nessa violência, o Brasil era um país violento contra as mulheres e isso ficou claro e assumido pelas mulheres que lá estavam em Viena.

Seguiu-se em 1994 a Conferência do Cairo, de população; na Conferência de População o tema dominante que nós nos dedicamos a defender foi o dos direitos reprodutivos, e foi esse tema que, de certa maneira, comandou as discussões, os debates sobre a questão da população mundial. E, finalmente, em 1995, chegamos a Beijing, na Conferência, essa sim dedicada especificamente às mulheres e que fechava, praticamente fechava, depois continuou enfim, uma série de agendas, de Conferências da agenda social da ONU. A Conferência de Beijing nos levou, nos legou alguma coisa de fundamental aqui para o Brasil. Primeiro porque o Brasil teve como sua delegação oficial pela primeira vez, exclusivamente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que era a composição do CNDM, a composição da delegação que foi a Beijing, e essa delegação deu ao Conselho uma visibilidade e uma respeitabilidade muito grandes.

Pois bem, eu trouxe, juntamente com todas essas mulheres brasileiras que lá foram, uma plataforma de Beijing, essa plataforma que foi votada por todas as nações do mundo; o Brasil subscreveu sem restrições, foi uma vitória grande que tivemos naquele momento, inclusive encontrando resistências dentro do próprio Ministério de Relações Exteriores. Mas resistências essas que foram superadas: quem esteve lá viu, sabe disso. Bom, trazida essa plataforma para o Brasil, qual era a tarefa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher? Era interiorizar essa plataforma, transformá-la em estratégias da igualdade, que foi o que fizemos; praticamente o meu mandato foi dedicado a cumprir as plataformas da igualdade, a plataforma de Beijing, transformadas por nós aqui em estratégias da igualdade e negociadas diretamente com a Presidência da República e depois com cada um dos Ministérios que tinham uma relação direta com as questões que nós estávamos tratando.

Não vou fazer aqui um relatório, porque esse relatório existe, eu trouxe apenas para mostrar para vocês, chama-se Memória. Estou mostrando aqui porque alguém da nova geração que tenha vontade de consultar e saber o que aconteceu vai ter dificuldade de ver, hoje, no Conselho Nacional, ou melhor, na Secretaria de Políticas da Mulher; provavelmente tudo isso foi destruído, isso não existe, mas eu tenho e a Unifemm [Centro Universitário de Sete Lagoas] tem essa documentação, e é uma documentação importante.

Bom, vou chamar a atenção apenas para algumas das questões às quais nos coube intervir diretamente. A primeira delas, a tentativa de retrocesso nos permissivos do aborto pela PEC 25, que

era uma proposta de proteger a vida desde a concepção. O Conselho Nacional se opôs violentamente a essa PEC, lutamos contra ela; eu fui pessoalmente à Comissão de Constituição e de Justiça da Câmara dos Deputados para lá dizer que se essa questão fosse aprovada nós não respeitaríamos, porque isso era o AI5 das mulheres, e aqueles que não tinham respeitado o AI5 não tinham por que respeitar essa questão. E nós ganhamos, isso não passou, foi uma coisa bastante importante em um trabalho do Conselho.

A outra que eu chamaria a atenção foi a questão do assédio sexual. Tudo isso veio de Beijing, tudo isso tinha sido assinado em Beijing, era compromisso do governo brasileiro. Quando chegamos aqui tivemos apenas que inserir no Código Penal, durante a reforma do Código Penal o assédio sexual como crime, criminalizar o assédio sexual. Eu estou dando alguns exemplos daquelas questões que me parecem que foram mais candentes. Pois bem, se eu dou esses exemplos é para dizer que foram lutas muito difíceis, muito duras, propusemos a criação da Secretaria que mais tarde veio a ser criada e para nossa alegria, com Solange Jurema à frente pela primeira vez da Secretaria.

Tudo isso constituiu o que Jacqueline chamou da construção, a construção de políticas institucionais que eram, como ela disse bem, um ato de resistência e, também, de avanço. Gostaria de ser ouvida agora sobre o ato de resistência que esse nosso encontro representa. Esse nosso encontro é um ato de resistência contra o desmonte dessas políticas públicas, e é também, e eu faço questão de sublinhar isso, um ato de esperança, porque tenho uma absoluta confiança em que esse desmonte não redundará na destruição da luta das mulheres pelos seus direitos. O desmonte está fadado ao fracasso, e por uma razão muito simples, porque as conquistas que foram feitas, foram feitas na vida das mulheres, no sentimento das mulheres, na existência delas, não é uma ideia abstrata.

O feminismo não é uma ideia abstrata, o feminismo é realmente a vida diária das mulheres, é realmente uma tentativa de viver em liberdade. E se nós somos alvo de um ataque tão violento, é porque identificaram em nós esse perigo, o fato de que nós somos nesse nível imbatíveis. Não vão nos vencer, não vão conseguir liquidar aquilo que as mulheres conquistaram. As mulheres não vão voltar para casa e vestir as meninas de rosa e os meninos de azul, porque de repente esse país que me parece um país estrangeiro não me parece o país em que nós vivemos esses últimos 40 anos.

Nesse país estrangeiro tem-se a coragem de mandar vestir as meninas de rosa e os meninos de azul. Certamente nenhuma mulher brasileira que conhece a sua luta cotidiana

pelos seus direitos reprodutivos, que conhece a sua luta cotidiana contra o feminicídio, contra a violência de que são vítimas, vai se conformar com esse tipo de discurso ridículo, que nada tem a ver com esses 40 anos de luta das mulheres. Não tem. E acho: pergunta-se muitas vezes de onde saiu isso de repente. E eu diria que saiu do medo, de um medo profundo que essas pessoas têm de si mesmas, que essas pessoas têm e que alimentam o ódio, o que se faz contra as feministas hoje, contra as mulheres, contra o movimento de mulheres, que não é mais um movimento de mulheres.

O movimento de mulheres foi há 25 anos, quando eu era jovem e presidia um Conselho. Hoje o que existe no Brasil são as mulheres em movimento, não é mais um movimento de mulheres; então, essas mulheres em movimento não vão se submeter, em hipótese alguma, ao familismo, a essa religiosidade forçada, ao fim da laicidade, ao fim da sua liberdade. As liberdades que elas conquistaram vão manter, e vão manter contra o medo que eles têm de nós e contra o medo que eles têm de si mesmos, e contra o ódio que eles fomentam contra essas pessoas que são apresentadas como imorais, que são apresentadas como comunistas, que são apresentadas como pessoas muito perigosas.

E é por isso que tenho uma grande esperança, porque sei que nem as mulheres, nem a população LGBTQIA+, nem os negros, nenhum desses que conquistaram direitos em cima da sua vida pessoal e que avançaram junto às leis, fazendo leis, transformando essas leis em políticas públicas, fazendo todo esse percurso que nós fizemos, nenhum desses vai voltar a aceitar. Ninguém vai deixar de amar alguém porque acham que é imoral esse amor, ninguém vai aceitar a semiescavidão que ainda se impõe aos negros do Brasil de hoje, porque alguém acha que um presidente de uma Fundação pode ser racista e ser contra os negros, isso é um mundo de pernas para o ar. Quer dizer, uma Secretaria das Mulheres que é contra as mulheres, que é contra toda a luta de 40 anos das mulheres; uma Secretaria dos negros que é contra os negros e por aí vai, definitivamente é um mundo de ficção. Esse mundo está existindo na fantasia dessas pessoas, mas o mundo real, e eu acho que nós precisamos acreditar nisso, o Brasil não é isso, e o Brasil não será isso; e o Brasil voltará a não ser isso. Tenho disso certeza.

Quero dizer a vocês, antes de terminar a minha fala, que na minha gestão, além de apurar todas essas questões de desigualdade na função pública, de obter vantagens para as

mulheres na construção da casa própria, na posse da terra para as trabalhadoras rurais, enfim, todas essas questões que estavam na nossa pauta, eu fiz questão de incluir um item que não estava naquela época na plataforma de Beijing, e esse item foi o da comunicação, Naquela época nós já tínhamos identificado a comunicação como uma coisa extremamente importante; não era ainda o tempo da internet, não era ainda o tempo das *fake news*, era o tempo em que nós falávamos pela imprensa, pelo rádio e pela televisão, e nós falamos incansavelmente, e incansavelmente explicamos as nossas posições em todos os meios de comunicação que se abriram para nós.

E é isso que estamos fazendo aqui hoje novamente: é usando essa comunicação, nos dirigindo àqueles que estão nos ouvindo; explicando a essas pessoas que todas essas mulheres que estão aqui e que durante 40 anos construíram uma outra identidade para as mulheres, construíram uma parcela grande de liberdade para as mulheres, de oportunidades para as mulheres, oportunidades concretas na sociedade brasileira que não estava pronta para receber as mulheres.

Pois bem, nós estamos aqui apesar da idade avançada de algumas de nós, para continuar dizendo que essa luta é justa, que ela é verdadeira e que ela vai continuar; e que esse desmonte, uma vez terminado, será remontado por uma nova geração, uma nova geração que perceberá que nada foi feito nesse período, nesse período negro que nós estamos atravessando, difícil que nós estamos atravessando; nada foi feito nessas trevas, senão destruir, nada foi feito que construísse, nada.

Essa construção, essa reconstrução caberão a essa nova geração que está nos ouvindo hoje e a quem nós estamos nos dirigindo. E se eu falo como falo, é em um misto de paixão e de indignação, paixão pelo trabalho que nós fizemos e que eu me orgulho imensamente. E faço questão de dizer que se houve uma revolução que deu certo foi a nossa, foi a grande revolução do século XX. E, por outro lado, de indignação, porque estão se passando todos os limites, todos os limites do possível, do permitido; enfim, nós não temos que assistir a essa destruição de tudo aquilo que nós construímos, e não podemos assistir em silêncio.

A Constituinte existiu, Beijing existiu, todas as outras Secretarias e Ministérios que nos seguiram existiram e fizeram leis; a Lei Maria da Penha existe, tudo está aí para dizer que a luta

das mulheres não acabou. Ao contrário, ela sofreu aí, está sofrendo um ataque violento, esse ataque violento se faz por medo e paradoxalmente aquilo que parece um momento que poderia ser de fracasso para nós; ele é provocado exatamente pelo nosso sucesso, isso está acontecendo porque sabem, em algum lugar, a força do movimento de mulheres, sabem a força das mulheres em movimento.

Muito obrigada.

Solange Bentes Jurema

Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1999-2002)

Ministra da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (2002)

De início, quero registrar a relevância desta ação do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP), que se configura numa contribuição ímpar para que seja analisado o desmonte que o governo federal vem praticando com relação às políticas públicas para mulheres, tão duramente conquistadas no decorrer de algumas décadas, conforme bem explanadas pelas expositoras que me antecederam, Jaqueline Pitanguí e Rosiska Darcy.

Dizer do meu prazer também de reencontrá-las, mesmo de modo virtual, em face do isolamento físico imposto pela pandemia, é muito bom poder trocar ideias e experiências.

É importante rememorar um pouco da história para entender a gravidade do que acontece hoje. Rosiska Darcy dizia uma frase que eu gravei, talvez ela nem lembre: “O século XX será conhecido não como século da tecnologia ou de outras grandes conquistas, mas como o século das mulheres”. Não sei se Rosiska recorda dessa citação, mas em mim ficou gravada.

Resumindo um pouco da minha história, eu era presidente nacional da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, e por conta disso fui integrar o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), estando lá quando Rosiska se afastou; ela e as outras conselheiras indicaram o meu nome para assumir a presidência do Conselho. Foi assim que, na verdade, eu cheguei à presidência do CNDM. Sendo advogada, fui procuradora de Estado atuando na área administrativa. Então, sob a óptica jurídica, o CNDM, naquele momento, institucionalmente era frágil, dependia muito do prestígio pessoal da presidente do Conselho para ter acesso aos ministros e ao presidente. Não tinha um cargo institucional dentro da burocracia que desse acesso direto a essas esferas de poder, nem independência orçamentária e administrativa, o que dificultava articular e executar as políticas para as mulheres.

Os movimentos de mulheres já vinham lutando há muito tempo para que o Brasil tivesse um órgão institucional no Executivo com *status* ministerial, porque o CNDM, ao ser criado em 1985, na época sob a presidência da Ruth Escobar, foi concebido como Conselho, mas com uma estrutura administrativa executiva.

Existiam pouquíssimos conselhos, antes da Constituição de 1988, eles foram organizados para desempenhar, institucionalmente, um papel mais consultivo, o que o tornava frágil na institucionalização executiva das políticas para as mulheres.

Várias causas contribuíram para a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso criar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher com *status* ministerial em 2002, dentre elas, a reivindicação das mulheres em âmbito nacional e internacional, demonstrando ao presidente que “o Brasil foi o primeiro país a criar o Conselho Nacional de Direito da Mulher, em 1985, partindo na frente dos demais da América Latina e agora está ficando para trás, porque já existem vários países com Ministérios da Mulher” .

A outra questão foi o evento “Beijing +5”, em 2000, quando o Brasil passou a ser cobrado pela execução da “Plataforma de Beijing “, do qual foi signatário, assim como o documento “Estratégias de Igualdade”, elaborado pelo CNDM, na gestão de Rosiska Darcy de Oliveira.

Nas vésperas de irmos para a ONU, onde deveríamos participar do “Beijing +5”, estava havendo um desmonte do CNDM em razão de uma reestruturação administrativa realizada pelo Ministério da Justiça, na qual o CNDM passaria a integrar uma Secretaria, dentro da Secretaria de Direitos Humanos, o que representava um retrocesso administrativo/institucional. Diante disso, dona Ruth Cardoso fechou questão, afirmando que só iria chefiando a delegação brasileira se esse impasse fosse equacionado, visto não estar disposta a passar vexame na ONU. Então, o ministro da Justiça José Gregori reuniu dona Ruth, Anastasia, que era o secretário executivo do Ministério, e Ceres Prates, na época integrante do Ministério de Planejamento, entre outros, quando então se pactuou que no CNDM seria criada uma Secretaria Executiva composta de dez cargos comissionados, constituindo uma estrutura administrativa que pudesse dar cumprimento às políticas públicas de gênero.

Fizemos um levantamento do PPA do governo federal, eram 278 programas de governo, dos quais apenas um constava uma referência específica à “mulher”, que era a questão ligada à violência. Então, apresentamos ao presidente Fernando Henrique uma proposta com 25 sugestões de políticas baseadas nas *Estratégias de Igualdade*, demonstrando o que poderia ser feito em diversos setores, evidenciando que a questão de políticas para mulheres deveria ser transversal; assim, reivindicamos que cada Ministério elaborasse uma proposta que melhorasse a condição de vida das mulheres.

Outro momento importante foi a Conferência de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em 2001, que proporcionou a mobilização das mulheres ao longo de cinco reuniões regionais para a discussão de quais seriam as propostas a serem apresentadas em Durban, o que veio a se constituir em 134 propostas para implantação de políticas visando sobretudo mulheres negras e índias.

Quatro conselheiras do CNDM fizeram parte da delegação brasileira, três negras e uma índia; uma brasileira, inclusive, foi a relatora dessa conferência que foi um marco importantíssimo na luta contra a desigualdade e todo tipo de discriminação. Considero que a questão racial no Brasil é antes e depois de Durban, porque os relatórios e os depoimentos colhidos nos diversos encontros feitos, em todas as regiões brasileiras, evidenciaram as discriminações e as desigualdades constrangedoras para o país, assim como aconteceu com relação às mulheres em 1995 com Beijing. Por isso que é tão importante essas grandes conferências, reuniões internacionais, porque os países são obrigados a apresentar relatórios e constatar suas fragilidades

Todos esses momentos foram importantíssimos para que, em 2002, tivéssemos, finalmente, criada, pelo então presidente Fernando Henrique, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, o tão reivindicado Ministério da Mulher. Ela foi criada pela Medida Provisória n.37, de 8 de maio de 2002, com *status* ministerial, assim como eram a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social. Mas, sem dúvida que, para ser criada essa Secretaria, o mais importante foi a grande mobilização das mulheres. Não só dos movimentos de mulheres, mas também da bancada feminina, do Congresso Nacional, porque essa medida provisória foi aprovada por unanimidade, tanto pela Câmara de Deputados como pelo Senado Federal, e constam do nosso relatório, inclusive, as falas de várias parlamentares, particularmente da senadora Emília Fernandes e da senadora Heloísa Helena, que apesar de fazerem oposição ao PSDB reconheceram a importância e elogiaram a criação da Sedim. Há várias falas das deputadas do PT, do PCdoB, do PSB realmente demonstrando que era uma luta suprapartidária e que foi uma conquista suprapartidária. Isso é o mais importante.

Atualmente, o que está acontecendo é que a Secretaria da Mulher é desconectada da realidade e das reivindicações das mulheres. E repito aqui a fala de Jaqueline que traduz essa situação brilhantemente: “Em nome de quem fala essa Secretaria da Mulher e da Família? Em nome de quem

elas estão falando? *Por que elas não ouvem o movimento de mulheres?*”. Todas nós, Jacqueline, Rosiska, Emília, Nilcea, Eleonora, e todas as demais que foram ministras ou presidiram o Conselho tivemos sempre o cuidado de ouvir o movimento de mulheres e as mulheres em movimento. Então, sempre éramos aconselhadas e ouvíamos o que elas tinham a dizer e formulávamos as políticas e tomávamos decisões, inclusive, no Conselho e depois na Secretaria, ouvindo essas mulheres, reconhecendo que elas detêm o conhecimento. São esses movimentos, essas ONG que eram presididas por mulheres como Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares, por Silvia Pimentel, Flávia Piovesan, Jacira do CFemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), Suely Carneiro, Wânia Santana, Betânia Ávila, e tantas e tantas outras que lideravam e representavam os mais diversos segmentos, anseios e reivindicações das mulheres brasileiras.

Reconheço que quando entrei no CNDM, tinha muita coisa para aprender; então, procurei ouvir muito os movimentos para poder exercer o meu papel de liderança em consonância com o que queriam as mulheres e com que pensava o movimento feminista e os movimentos de mulheres. Isso eu acho muito importante: respeitar a militância e quem estuda e pesquisa sobre determinado assunto. Isso eu fiz também quando assumi a Secretaria de Assistência Social em Alagoas, e quando assumi a Secretaria do Trabalho em Maceió.

Ademais, gostaria de afirmar que a criação da Secretaria de Estado com *status* de Ministério foi importantíssima, porque ela nos deu a possibilidade de ter autonomia política, administrativa e orçamentaria, permitindo um relacionamento direto com os demais ministros e, em especial, com o presidente da República, ao contrário do cenário anterior, quando em qualquer situação dependíamos da autorização expressa do secretário de Direitos Humanos e do Ministro da Justiça, além de todo corpo burocrático. Na hora que passei a ser ministra, ia direto ao presidente da República, participava do Conselho do Ministério da Justiça, e recordo que na primeira reunião que fui foi apresentado o orçamento do Ministério, ocasião em que reivindiquei a alteração dos percentuais previstos para os segmentos, justificando ao invés de se privilegiar políticas preventivas abrangendo mulheres e crianças, mais de 90% do orçamento eram destinados às políticas repressivas, a exemplo de presídios e polícias, sem considerar melhorar a condição de vida das mulheres e das crianças para que pudéssemos ter menos presídios e precisássemos ter menos polícia. Isso comprova que a visão feminina na gestão pública cria a possibilidade de influenciar no planejamento das ações, humanizando as decisões.

A outra questão importante também foi a celebração de diversos convênios, tais como o do Sebrae, sobre empreendedorismo feminino; com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, sobre capacitação de chefes de família para agricultura familiar, visto que, até então, somente os homens eram considerados chefes de famílias, quando na verdade quem pratica a agricultura familiar prioritariamente são as mulheres e as crianças; enquanto desperdiçavam as capacitações proporcionadas aos homens, que não as colocavam em prática, ao invés de capacitarem as mulheres que eram, na verdade, quem executava essa política, na vida real.

Então, nós fomos ao ministro e conversamos sobre isso, e ele criou um núcleo dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário para capacitar as mulheres em agricultura família, isso é um dos exemplos.

Outra conquista importante foi um convênio com a Secretaria de Estado de Assistência Social que pertencia à estrutura do Ministério de Previdência Social, garantindo que o protagonismo das políticas sociais ficasse preferencialmente nas mãos das mulheres, inclusive o Bolsa Escola depois transformado em Bolsa Família, reivindicação antiga do CNDM desde a gestão de Rosiska de Oliveira.

Registre-se, ainda, a assinatura do protocolo facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), que garantia o direito às mulheres brasileiras de acessar a justiça internacional quando não se considerassem atendidas pela justiça nacional, e concomitante com esse protocolo apresentamos um Relatório sobre a situação das Mulheres Brasileiras, que foi coordenado e organizado por Silvia Pimentel e Flavia Piovesan, e do qual Wânia também participou. E a assinatura desse protocolo e a apresentação desse relatório foi o primeiro ato público depois da Criação da Sedim, com a presença do presidente Fernando Henrique, dona Ruth Cardoso e vários ministros.

Vale ressaltar que a primeira mulher a usar esse direito internacional foi Maria da Penha, antes mesmo de a Lei Maria da Penha ser sancionada.

Dentro do Programa de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Sexual, firmamos um convênio com a Cepia para capacitação das Delegacias Especializadas no Atendimento as Mulheres, e aumentamos de 49 para 71 o número de Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência em parceria com os governos estaduais

Outro fato que não pode deixar de ser mencionado foi que nós fizemos um acordo com a Cepal, que é um órgão da ONU para a América Latina e Caribe, e apoiado pela Unifem na época, que agora é ONU Mulher. A Cepal fez um estudo que chamava “Governabilidade em Gênero”, em que orientava o governo brasileiro sobre como fazer pesquisas que servissem de base para políticas transversais de gênero nos diversos ministérios com a coordenação do Ministério da Mulher. Era uma proposta para três anos e serviu de base para o período de transição entre os governos Fernando Henrique e Lula. E o interessante que esse projeto depois foi apresentado como um *case* de sucesso brasileiro. Quando participava de um curso no BID, em Washington, que era sobre Políticas Sociais, Governabilidade e Gênero, fui surpreendida com a apresentação do projeto pela Cepal, o que foi bastante gratificante.

Uma grande conquista política foi a articulação na escolha da Ellen Gracie como a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal, culminando com a gentileza do presidente Fernando Henrique, que me autorizou a comunicar que havia sido escolhida e seria formalmente convidada pelo presidente.

Aliás, esse é um dos pontos que o Brasil tem avançado muito pouco: a participação das mulheres nos espaços de poder, mas não vou me alongar sobre o que a gente precisa fazer, sobre as nossas conquistas, sobre as nossas perdas, porque acho que Jacqueline e Rosiska já falaram isso com maestria; então, eu não preciso me alongar nessas questões. Concordo com tudo que consta no manifesto, concordo com tudo que Jacqueline falou, especialmente com essa frase dela, em nome de quem fala hoje o governo brasileiro? E lembrar o seguinte: as nossas lutas e conquistas sempre foram suprapartidárias. Então, não interessa a ninguém esse clima de ódio, se você não está comigo você é contra mim. Não é assim. Eleonora Menicucci era ministra no governo do PT, eu era do PSDB e fui convidada a participar de uma reunião com as ex-presidentes do CNDM. Fui convidada para assinar um documento no ano em que Dilma foi lançada candidata a presidente, para assinar um documento que chamava “Cápsula do Tempo”. Eleonora deve se lembrar disso: fui convidada a ser uma das signatárias dessa “Cápsula do Tempo”.

Isso demonstrava que a nossa luta era suprapartidária; quer dizer, não importava se eu era PSDB, se o partido que estava no poder era o PT, porque nessa questão da mulher, nós nunca tivemos grandes problema, algumas diferenças, muito poucas, porque o que nos unia e nos movia

era a luta pela melhoria da vida das mulheres brasileiras. Então, nisso, como a gente concordava com esse princípio, que era o princípio maior e fundamental, o resto era muito fácil de fazer as negociações e as conversas.

Queria encerrar dizendo isso, que me preocupo muito com esse clima de ódio que estamos vivendo e que que nós, mulheres, sempre detestamos, como detestamos as guerras. Precisamos nos posicionar muito firmemente contra esse clima, lutar para que a gente volte a ter diálogo nessa questão da mulher e que o Ministério da Mulher volte a nos representar e não ser contra nós, especialmente isso.

Foi um grande prazer, gente, participar deste evento com vocês, do nosso evento. Obrigada.

Emília Fernandes

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República (2003 - 2004)

Em 2003, o presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres como órgão vinculado à Presidência da República, o que representou um reposicionamento das políticas públicas para as mulheres na agenda do governo federal. Esse projeto inicial de Secretaria pode ser descrito com a publicação da Medida Provisória 103 de 1º de janeiro de 2003, que dispôs sobre a Estrutura, a Transformação, a Transferência, a Extinção e a criação de órgãos e cargos do governo federal, definiu os cinco órgãos que passaram a integrar a Presidência da República: CGU- Controladoria Geral da União; Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A Medida Provisória (MP) estabeleceu ainda as competências da SPM, assim definidas: “à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, compete:

- Assessorar direta e indiretamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional que contribuam na ação do Governo Federal e demais esferas do governo visando à promoção da igualdade;
- Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- Promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade das mulheres e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias.

Já no Capítulo III, art. 31, item IV, é transformada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. No artigo 33, item V, é transferido o CNDM para a SPM. E, na mesma MP, artigo 38, é criado o cargo de natureza especial de Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, entre outros.

O compromisso do governo de elevar o *status* da SPM, vinculando-o diretamente à

Pasinato e Ventura

Presidência – uma das primeiras medidas do então governo –, era prova, ao mesmo tempo, do reconhecimento da legitimidade dessa reivindicação das mulheres, da responsabilidade com os compromissos internacionais já firmados pelo governo brasileiro e da centralidade das políticas para enfrentar as desigualdades e os efeitos perversos da exclusão e das violências de gênero. O *status* de ministério atribuído à SPM proporcionava nossa participação nas reuniões ministeriais, diálogo diretamente com o presidente e em conjunto com todos os ministérios para a construção coletiva de políticas públicas e a destinação de recursos para programas e ações com perspectiva de gênero.

As mulheres do Brasil têm uma trajetória destacada de resistência, conquistas e avanços. O *status* de Ministério dado à Secretaria identificava que as questões de gênero eram políticas de Estado, portanto de todas as Pastas e Ministérios. Os direitos das mulheres e suas necessidades por mais avanços saíam da invisibilidade rumo a mais conquistas.

Nosso país, a partir da criação do “Ministério das Mulheres”, assumiu plataformas e agendas nacionais e internacionais, políticas públicas e programas específicos, entrando em um novo patamar de compromisso governamental. Coerente com a preocupação de ir além dos compromissos no papel e no discurso, o governo do Brasil ratifica a importância da cidadania plena de todos, tendo as mulheres como protagonistas desse novo momento de nosso país, o que exigia metas de curto, médio e longo prazos em diversos campos, tendo em vista as diferenças existentes entre as mulheres, sobretudo em razão de raça/etnia e condições econômicas e sociais.

Mas, se, de um lado, o papel institucional da Secretaria estava sendo reforçado e suas competências ampliadas, de outro, o grande desafio era tornar as políticas públicas para as mulheres uma tarefa conjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e instituir uma nova metodologia de compromissos e responsabilidades nas diferentes áreas do governo, buscando alcançar um novo patamar de relação com os movimentos de mulheres.

Cabe registrar as limitações iniciais existentes, poucos recursos orçamentários, falta de estrutura física e de pessoal da SPM. E a necessidade de se construir inclusive dentro do governo uma nova cultura política, de metodologia e prática com a observância de gênero, tanto no planejamento como na execução, e especialmente nos resultados nas diferentes áreas. Mesmo assim tivemos importantes avanços e as metas previstas para 2003 foram satisfatoriamente alcançadas.

A mensagem do presidente Lula enviada ao Congresso Nacional em 2003 destacou:

Nosso compromisso com todas as mulheres brasileiras, em sua diversidade, é afirmado no aprofundamento da democracia, no combate aos preconceitos e ao racismo, na ação firme para enfrentar a discriminação e a exclusão. Se a pobreza tem cara feminina, a luta contra a pobreza também assim será.

Ao instalar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, definimos cinco Metas Prioritárias, para 2003:

- Meta 1. Institucionalizar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, reformular o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e ampliar o diálogo com o movimento de mulheres;
- Meta 2. Promover a revisão do Plano de Ações e Projetos do Governo Federal, buscando ampliar os recursos destinados às Políticas de Gênero – visando o cumprimento da sustentabilidade e da transversalidade nas políticas públicas;
- Meta 3. Promover o recorte de gênero nos programas sociais prioritários do Governo Federal, visando o enfrentamento à pobreza nos segmentos de maior vulnerabilidade: mulheres do campo, negras, indígenas, mulheres com deficiência, meninas, jovens e idosas, em situação de violência, pobreza e exclusão;
- Meta 4. Promover o aprofundamento de dados e pesquisas, e ampliar os instrumentos de monitoramento e transparência nos programas dirigidos às mulheres do Governo Federal;
- Meta 5. Enfrentar a Violência de Gênero, ampliando as políticas de combate à violência doméstica e a exploração sexual que atinge mulheres, meninas, jovens e idosas.

As metas para 2003 levaram em conta especialmente a necessidade de reformulação das políticas públicas em andamento – na área da violência e da saúde, por exemplo, mas também trouxe novos desafios, como a construção real de políticas para enfrentar a situação de vulnerabilidade de meninas e jovens; a elevação da escolaridade e o combate ao analfabetismo entre as mulheres negras – que refletem o pano de fundo da perversa combinação da dominação que articula a condição de raça e gênero. E retirar as mulheres indígenas da invisibilidade.

E, levando em conta, primeiro “é preciso que o Estado reconheça as necessidades das mulheres”; segundo “é preciso que o Estado atue em todas as áreas respondendo a essas necessidades”; e terceiro “é preciso que as mulheres sejam respeitadas e ouvidas em suas críticas e sugestões” e, a partir daí construir uma interlocução preservando a experiência e a real autonomia dos movimentos e das entidades de mulheres.

A SPM começou o ano 2003 apresentando ao conjunto do governo federal um grande desafio: a revisão do Orçamento Geral da União, por meio da reformulação do Plano Plurianual (PPA), buscando ampliação de recursos para que as políticas propostas pelo governo fossem

efetivamente executadas, beneficiando os segmentos mais vulnerabilizados, com a transparência necessária e com um verdadeiro processo de monitoramento e de controle social. Todas as áreas governamentais passaram a ser consultadas e estimuladas pela SPM a apresentar políticas com recorte gênero, raça/etnia.

Das cinco metas definidas pela SPM, para 2003, a quinta tratava especificamente do “Enfrentamento às Violências de Gênero”.

“As políticas para as mulheres não são responsabilidade de um único órgão governamental e sim um compromisso de Governo”; com esse lema buscamos construir uma nova metodologia permanente e sistemática do governo federal, estimulando uma nova relação federativa com estados e municípios, estimulando a participação da sociedade na implementação de políticas para as mulheres.

Entre as várias atividades e ações que realizamos, em 2003, para o enfrentamento à violência, podemos citar:

- Elaboração do Programa Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra as Mulheres, lançado publicamente em conjunto com o presidente da República;
- Estímulo à articulação interministerial, visando o compromisso com políticas para as mulheres, eficientes e coerentes com os programas e ações governamentais.
- Inclusão do recorte gênero nos programas sociais do governo federal, a exemplo do Programa Fome Zero; Pronaf/Mulher (agricultura familiar/mulheres); Bolsa Família (cartão bancário preferencialmente para as mulheres), entre outros...
- Fortalecimento da integração entre os países e do acompanhamento do cumprimento dos acordos internacionais que o Brasil é signatário. Em 2003, apresentei oralmente, o primeiro Relatório sobre a Situação da Mulher no Brasil, junto à Comissão da Mulher Cedaw/ONU – quando o Brasil assumiu que teríamos uma legislação de combate à violência contra as mulheres e os direitos das empregadas domésticas deveriam ser ampliados. (no Senado Federal, em 2002, fui a relatora da ratificação do Protocolo Facultativo Cedaw/ONU).
- Instalação de Ouvidoria junto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do DISQUE MULHER – número telefônico para denúncia de violência contra a mulher, inicialmente como 0800...
- Elaboração da Proposta da realização de Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, a partir da promoção de Conferências Municipais e Regionais. Elaboração e Lançamento do Regimento Interno da primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no Brasil, realizada em 2004 (realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016). A previsão para a quinta em 2020 até a presente data não foi realizada.
- Aplicação de quatro milhões de reais (orçamento destinado à SPM/2003, pelo governo anterior), em convênios, programas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e na manutenção e ampliação dos equipamentos e serviços dos Centros de

Referência da Mulher, Casas Abrigo para mulheres em situação de violência...

- Participação da SPM em Reuniões Internacionais de Mulheres no Uruguai, no Chile, na Argentina e no Paraguai, e em várias regiões e cidades do Brasil, durante o ano 2003, para ampliar, estimular e fortalecer a ação integrada e a participação das mulheres e dos órgãos governamentais.

Como já afirmamos, tínhamos grandes desafios, dialogávamos com o Congresso Nacional para fortalecer parcerias e a destinação de mais recursos orçamentários. E construir coletivamente propostas para o avanço da legislação brasileira também era nosso foco, visando o enfrentamento a todas as formas de violência, preconceito e discriminação contra as mulheres e ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

Uma das metas da SPM, desde o seu primeiro dia de instalação, foi fortalecer e ampliar o diálogo e a interlocução coletiva com os movimentos de mulheres – que possuem longa e qualificada trajetória de construção, o que fizemos especialmente a partir da ampliação e democratização da composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que reestruturamos e presidi em 2003. Mas também de forma muito qualificada e experiente por meio das subsecretarias da SPM.

Era nosso objetivo, também, a política de fortalecimento da interlocução com a mulheres dos países do Mercosul e da América Latina, especialmente por meio da Reunião de Ministras da Mulher do Mercosul (REM), criada em 1998, hoje denominada Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM). Nossa participação institucional pela SPM, sempre por meio de amplo e integrado diálogo com servidores(as) e diplomatas do Itamaraty, embaixadas e grupos de trabalho, visando fortalecer espaços internacionais de luta conjunta pelos direitos das mulheres, em especial para o cumprimento dos acordos e convenções internacionais que o Brasil é signatário.

Uma dívida do Brasil com relação às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres é a falta de um sistema nacional de informações. Realmente, esse era um dos grandes desafios a enfrentar. Acredito que de certa forma, até hoje. Tínhamos dados esparsos e muitas vezes, sem os devidos recortes de gênero, raça, etnia. Dessa forma, definimos como Meta 4, da SPM para 2003 – promover o aprofundamento das análises e ampliar os instrumentos de monitoramento e transparência nos programas dirigidos às mulheres em âmbito do governo federal. Visando ampliar e dar divulgação aos dados e avaliações sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva da

construção de um banco de dados nacional abrangente e atualizado em tempo real.

Daí, definimos como objetivo a criação de um mecanismo de informação, sobre saúde e direitos das mulheres, visando a divulgação de orientações básicas de saúde, prevenção e informação sobre violência contra a mulher, acolhendo sugestões e denúncias. Foram propostos instrumentos de monitoramento da ênfase governamental em políticas sociais; elaboração de relatórios sobre a situação da mulher no país, com recorte étnico/racial, buscando a parceria com Conselhos Setoriais, ONG, CNDM, IBGE, IPEA, Universidades e Centros de Pesquisa, Fundações, empresas públicas e privadas e, organismos internacionais.

E, sem dúvida, a criação do Disque Mulher – número telefônico nacional para acolher denúncias de violência – se mostrou importante mecanismo de dados sobre a violência de gênero. Posteriormente, o Ligue 180 – de 2005 a 2015 mais de um milhão de ligações foram efetuadas. Chegando a ter alcance internacional para vários países. Sem dúvida me orgulho dessa contribuição às mulheres e ao Brasil – sou a autora da Lei Federal n.10.714/2003, que propôs o número telefônico nacional para denúncias de violência contra as mulheres, quando senadora.

No período que estive à frente da SPM, avalio minha experiência como altamente positiva; acrescentou muito à minha experiência anterior adquirida no movimento de mulheres desde a década de 1970 e também à minha experiência parlamentar de 20 anos à época. Sem dúvida a oportunidade de integrar o Poder Executivo ampliou e fortaleceu ainda mais minha leitura e compromissos do quanto ainda precisa ser feito, a fragilidade das políticas de gênero e o quanto os direitos humanos das mulheres ainda permanecem à mercê de políticos e partidos e não do compromisso de Estado.

Foi profundamente gratificante participar do novo momento político e da forma pioneira e democrática proposta de fazer política do governo federal, com uma nova metodologia da temática de gênero nos compromissos e políticas públicas e valorização dos espaços de controle social. Foi o início de uma grande e frutífera caminhada pela igualdade, respeito e valorização das mulheres, com a ampliação de espaços e debates que auxiliaram, sem dúvida, na maior participação, visibilidade e enfrentamento à violência contra as mulheres e, o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais relacionados.

Mas com certeza, no primeiro ano de governo, um órgão novo nas suas atribuições e metas,

fizemos muito. Não é pouca coisa elaborar um Programa de Combate à Violência; instalar uma Ouvidoria, capacitar atendentes e instalar um número telefônico para denúncias contra a violência às mulheres; propor as Conferências de Políticas para as Mulheres e aprovar o regimento para a realização da primeira – que ocorreu em 2004.

E, ainda, reestruturar e ampliar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; ampliar o diálogo com o Congresso Nacional, Conselhos estaduais e municipais; buscar uma metodologia de diálogo e trabalho conjunto com diferentes ministérios para a construção de políticas públicas integradas visando a maior valorização e dignidade das mulheres, especialmente na distribuição de renda, agricultura familiar, habitação e, também dar conta das questões e compromissos internacionais.

Nas últimas décadas o Brasil avançou na legislação – Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, Medidas Protetivas. E também conquistou avanços de integração regional para o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em especial nos países do Mercosul. A ação da Bancada Feminina, por meio das Procuradorias da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Secretaria da Mulher da Câmara, tem contribuído de forma significativa para uma maior visibilidade e agilização da legislação de garantia dos direitos das mulheres. Significativo também vem sendo o papel do CNDM, da ONU Mulheres e de várias entidades e movimentos de mulheres.

Porém, por outro lado, em 2016 enfrentamos um grande revés da participação política das mulheres, com a retirada da primeira mulher eleita presidenta do Brasil. A medida afetou, além de nossa autoestima, a existência, a valorização e autonomia da SPM e da própria continuidade dos avanços das políticas públicas para as mulheres, em nosso país. Exemplo: a descontinuidade do Programa da Casa da Mulher Brasileira, programas de combate à mortalidade infantil e materna e o alarmante aumento do índice de violência contra as mulheres, entre outros.

Desde então temos enfrentado grandes desafios, especialmente com o fim do “Ministério das Mulheres”, que passou por vários espaços governamentais e secretarias. A SPM se transforma em Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) e juntamente com o CNDM e o Ligue 180 são transferidos, em 2018, para o Ministério de Direitos Humanos, colocando em risco não só sua posição hierárquica, mas também suas reais atribuições. Um órgão do governo federal com reduzido destaque na

hierarquia governamental, ausente em vários eventos nacionais e internacionais de relevo, poucos recursos e falta de autonomia, com profundas consequências também no CNDM, na minha visão.

Minha experiência na SPM ampliou e fortaleceu minha compreensão dos desafios e da necessidade de políticas para as mulheres como compromissos de governos e da sociedade. Nosso acompanhamento do trabalho da SPM é permanente, especialmente por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde o Fórum integra o Pleno como titular eleita, desde 2010. Porém, infelizmente, vemos a cada dia esses espaços de controle social serem enfraquecidos e desprestigiados. Mas nossa luta é de uma vida toda.

Avanços podem ser destacados no Brasil e obstáculos que ainda não foram superados.

A Lei Maria da Penha está classificada entre as três melhores leis do mundo, do tipo. A Lei do Femicídio também é um bom exemplo de avanços conquistados pelo país. O grande desafio ainda é sua aplicabilidade. E também os constantes riscos de sua alteração e abrandamento, pelos conservadores dos poderes Legislativo e Judiciário, especialmente.

Eu diria que os obstáculos que ainda precisam ser superados são os altos índices de violência, feminicídio, resultantes da cultura de dominação e posse das mulheres pelo espírito machista e conservador dos homens em nosso país. Outro grande desafio é o assassinato de jovens negros e o preconceito e a discriminação contra homens e mulheres negras no mercado de trabalho e nos espaços de poder e decisão.

Em relação às Mulheres na Política, ainda temos um insuficiente percentual no Congresso Nacional. A partir de 2019, serão 15% de deputadas federais, 77 deputadas, entre 513, atualmente 51. A média na América Latina e Caribe é de 28,8%. Este ano foi eleita a primeira deputada federal indígena (Joênia Wapichana - Rede/Roraima). A participação de negras na Câmara de Deputados passa de 10 para 13, ainda irrisória, e de LGBTQIA+, também.

Mas todos esses desafios na minha avaliação somente serão superados à medida que a democracia seja fortalecida, a distribuição de renda seja justa, e a igualdade salarial, econômica e de oportunidades se efetive. Não há direitos humanos em países que discriminam e exploram os segmentos mais vulnerabilizados; onde o lucro, o rentismo e o capital são superiores às pessoas, ao meio ambiente e à classe trabalhadora.

O país vive, desde 2016, um período de retrocesso econômico, social e político. Programas
Cadernos Cedec, n. 133, 2021

e políticas públicas de distribuição de renda e de habitação reduzidas; recursos para a saúde e a educação congelados por 20 anos, com riscos de privatização; direitos trabalhistas extintos e empregos precarizados; mulheres gestantes trabalhando em lugares insalubres; ameaça de desmonte da previdência e do Sistema Único de Saúde (SUS), e as pessoas mais atingidas são as mulheres, pobres e negros. Risco à soberania nacional com a privatização de setores estratégicos...

Vivemos, também, um momento de criminalização da política, silenciamento dos poucos espaços de comunicação livre, extinção de partidos políticos populares e democráticos, tentativa de imposição de ideias e de conceitos conservadores nas escolas e na família.

O desafio permanente é a continuidade e os avanços. Políticas públicas de emprego, habitação, educação, saúde, infraestrutura, tecnologia, garantia de direitos devem ser políticas de Nação e não apenas de governos – o Brasil precisa urgentemente retomar um projeto de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, com justiça social e igualdade.

Precisamos ainda fortalecer e construir maior unidade popular dos campos nacionais e democráticos, dos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades de mulheres, que precisam trabalhar “o todo” a visão maior de país, de democracia, de soberania nacional, pois somente dessa forma os direitos humanos das pessoas e das mulheres, em especial, serão valorizados e garantidos.

Por outro lado, é fundamental que os movimentos de mulheres, os espaços de integração e a sociedade civil existentes, no Mercosul, na América Latina e Caribe, sejam preservados, fortalecidos, e entidades de caráter nacional e internacional que têm ajudado a construir os avanços e um mundo mais justo e sustentável sejam respeitados e valorizados e, a continuidade da ação coletiva, garantida.

Iriny Lopes

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011-2012)

Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar o Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) pela iniciativa de nos reunir. Quero abraçar carinhosamente todas as mulheres que me antecederam e que recuperaram de maneira tão brilhante a construção da nossa luta, e especialmente minha amiga Eleonora Menicucci. Lembrar não só de Emília Fernandes, mas também reverenciar a memória de Nilcea Freire, que foram as duas primeiras ministras que me antecederam na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Dizer também que o nosso manifesto está em plena consonância com tudo que foi resgatado aqui hoje e todo um movimento de mulheres que resultou na constituição da SPM. A Secretaria passou, a partir daí, a buscar, organizar, sistematizar e cumprir, por meio de políticas públicas, a pauta que as mulheres brasileiras colocavam como reivindicações da sua igualdade, da sua colocação, do seu papel dentro da sociedade. Então, eu, para dar continuidade às falas, vou adotar um pouco também de uma linha do tempo e o que foi feito na minha gestão na SPM.

Cada momento tem a sua especificidade, mas queria ressaltar que Eleonora esteve à frente com Dilma diante de um golpe, um duríssimo golpe de Estado dado em 2016, com fortes características misóginas e machistas. Destaco essa questão, até porque era a primeira vez que o Brasil experimentava uma mulher à frente do Executivo.

E no primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando tive a oportunidade de ser ministra, alinhado com o eixo principal do governo federal, que era a erradicação da pobreza extrema, a SPM elegeu como prioridades, em 2011, a autonomia econômica e social das mulheres e o avanço na consolidação dos programas de enfrentamento à violência. E isso foi feito pela equipe da SPM, com os debates que realizamos com Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que manteve uma regularidade no funcionamento durante todo o período do ministério, não apenas no meu mandato, mas nos demais nos governos, sobretudo nos anteriores ao golpe.

Como relatora da Lei Maria da Penha na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, eu sabia de antemão que a legislação tinha um nível de resistência grande em parcelas da sociedade, especialmente dentro do Judiciário. Nós, ainda no trabalho de

equipe que marcou toda a história da SPM, definimos que seria importante no tocante à violência contra a mulher termos um balanço concreto de como estava o pacto, que foi criado no mandato de Nilcea Freire, o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, nos estados. Com governadoras e governadores e gestoras realizamos, ao longo do ano 2011, um debate das ações e resultados. Procuramos identificar os problemas e buscar soluções conjuntas para resolvê-los nos estados e municípios, já que é lá na ponta que as políticas são executadas. Nesse diálogo franco e solidário ganharam as mulheres de todo o país. Conseguimos, nessa rodada de negociações com governos, garantir a adesão do pacto em todos os 26 estados e o distrito federal.

Ainda na questão do enfrentamento à violência, também em 2011, fizemos um acordo com os ministérios da Saúde e da Justiça e conversamos com governadores para chegarmos a uma notificação mais detalhada sobre as mulheres vítimas de violência. Isso nos permitiria avançar no monitoramento e nas ações de enfrentamento. Naquele momento, uma das metas da SPM com os ministérios parceiros era a criação de um banco de dados nacional, instrumento importante no combate à impunidade dos casos de violência.

Nesse período ainda, a SPM projetou entrega, para 2012, de 37 unidades móveis para atendimento às mulheres do campo e da floresta. Uma ação extremamente importante, já que em muitas localidades as distâncias entre vizinhos, do local de moradia e a cidade, ou delegacia mais próxima tornam essas mulheres mais vulneráveis a todo tipo de violência. Atendíamos, dessa forma, uma demanda colocada pela Marcha das Margaridas e dos demais movimentos de mulheres rurais.

Nesse um ano de gestão, avançamos no enfrentamento à violência contra a mulher. Do diálogo com os poderes constituídos chegamos a um pacto para enfrentar a impunidade dos casos de violência contra a mulher. O resultado é que, em 6 de dezembro de 2011, a SPM propôs um compromisso para combater essa impunidade, documento assinado por presidentes do Superior Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), corpo Permanente dos presidentes dos Tribunais de Justiça, dos Colegiados de Procuradores de Justiça e da Defensoria Pública, além do Ministério da Justiça. Esse foi um esforço que fizemos no sentido de garantir que a Lei Maria da Penha alcançasse sua efetividade. O objetivo desse compromisso foi de realizar uma campanha tanto para dentro das instituições, com a formação e capacitação de operadores de justiça e segurança, promotores e outros profissionais que lidam com essa questão, como para fora, no esforço de

convencimento e engajamento da sociedade para essa causa. Nosso entendimento era (e ainda é) de que não bastava você ter a política pública. O grande desafio, que se mantém até hoje, é a sua implementação para que lá na ponta as mulheres tenham a certeza de que esse processo pode alterar significativamente para melhor as suas vidas.

Eu lembro também as ações na área do trabalho e quero fazer um destaque aqui: nós trabalhamos muitas coisas, mas tem um ponto que precisa ser colocado, porque isso tem a ver com o enfrentamento ao racismo. No dia 27 de abril de 2011, que é o dia dedicado às trabalhadoras domésticas, uma categoria que reúne mais de 7 milhões de empregadas/os domésticas/os no país, nós assinamos o relatório final do grupo de trabalho constituído pela gestão de Nilcea Freire na SPM, em 2010. Era um grupo de trabalho tripartite, cujo nome é autoexplicativo: “Estudo sobre os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal”.

Em relação ao tema, em 2011 também, o Brasil desempenhou um papel importante na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, para a aprovação da Convenção 189 da OIT, acompanhada da Recomendação 201, que tratavam do trabalho decente para empregadas/os domésticas/os. Nós da SPM, outros órgãos do governo federal à época, integramos a Delegação Brasileira. Tivemos espaço de fala na conferência. Acho que um marco importante é que nossa delegação não foi composta exclusivamente por integrantes governamentais. Fizemos uma composição mista e estavam ali representados diversos sindicatos de Trabalhadoras Domésticas. Eu saí do ministério em 2012, mas Eleonora Menicucci deu prosseguimento a essa articulação com o Legislativo e, em 2 de abril de 2013, nós tivemos a promulgação da Emenda Constitucional 72, que é conhecida como a PEC das Domésticas. A EC 72 revogou o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal e estabeleceu finalmente a igualdade de direitos trabalhistas entre as empregadas domésticas e os demais trabalhadores.

Outro avanço nessa área foi a aprovação e posterior sanção, em 2015, da Lei Complementar n.150, que proibiu o trabalho doméstico para menores de 18 anos e instituiu a jornada de trabalho de no máximo oito horas por dia, o direito a férias remuneradas, a multa por demissão injustificada e o acesso à proteção social, entre outras coisas. A ratificação dos textos da Convenção 189 e da Recomendação n.201 ocorreria somente em 2017. A SPM integrou ao longo dos anos o esforço

Cadernos Cedec, n. 133, 2021

junto ao Parlamento para que essas propostas sobre o trabalho doméstico fossem aprovadas.

Nós organizamos a 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, realizada em dezembro de 2011. Ela resultou de um processo iniciado em agosto daquele ano com as conferências municipais e, posteriormente, as estaduais. Participaram dessas etapas mais de 200 mil mulheres em 2.160 municípios e em todos os estados e o distrito federal. Foi realizada, ainda, uma Conferência Governamental, que contou com a participação de 269 servidoras/es de mais de 20 ministérios do governo federal. Na 3ª Conferência, conseguimos aprovar 91 grandes resoluções, que foram ratificadas pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), em 2 de fevereiro de 2012,

Fizemos ainda do Disque 180 um instrumento para a defesa das mulheres que estavam fora do Brasil. A Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, que orientou, de 2005 a 2011, 2 milhões e 300 mil pessoas, a partir de novembro de 2011, teve seu serviço ampliado para brasileiras no exterior, através de ligação gratuita, por meio de ligações a cobrar, 24 horas por dia, inclusive aos domingos e feriados. A violência contra as mulheres em países estrangeiros, muitas delas vítimas do tráfico internacional de pessoas era algo que queríamos enfrentar também. Iniciamos nossa ação, fruto de parceria com os ministérios das Relações Exteriores e da Justiça, por Espanha, Portugal e Itália, países que registravam alto número de brasileiras. O objetivo naquele momento era de, nos anos subsequentes, ampliar esse serviço tão importante para as mulheres, em diversas ações com o Ministério da Justiça, como o Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas. A SPM já atuava e ampliou a cooperação internacional, com países de fronteira, mediante acordos bilaterais, ou multilaterais, para enfrentar as variadas formas de violência que atingiam as imigrantes brasileiras.

A SPM integrava, desde 2003, a Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), que no final de 2011 adquiriu um novo *status*, passando a ser oficialmente Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (decisão do CMC n.24/11). Nossas políticas para as mulheres na área de enfrentamento à violência tornaram-se referência internacional. Além da implantação da Lei Maria da Penha, considerada pela ONU como uma das três melhores do mundo nessa área, vimos nossos programas serem adotados por outros países. Um exemplo foi a implantação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Uruguai, baseado no modelo brasileiro.

Encerro aqui dizendo a vocês o seguinte, se nós formos estudar o Plano Plurianual (PPA), que estava pronto para ser apresentado em 2016-2019, veremos que tínhamos mais de cinco

programas pensados para a proteção das mulheres em todas as áreas: a questão das especificidades e diversidades de gênero, a questão do trabalho, acesso e ascensão no mundo do trabalho, a questão do enfrentamento à violência.

Com o governo Bolsonaro e Damares Alves no ministério, que se transformou em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o PPA 2020-2023, foram cortados todos os programas. O único que a atual ministra colocou no lugar, o 5.034, trata da “proteção à vida, fortalecimento da família, proteção e defesa dos direitos humanos para todos”, que tem apenas um objetivo, “ampliar o acesso e alcance das políticas de direito com foco no fortalecimento da família por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos”. Trata-se de um imenso retrocesso! O recado do atual governo é bastante claro em relação ao tipo de política para as mulheres que foi e será implementada até 2022. Ao retirar a equidade de gênero e a violência dos programas, reduzindo a mulher à família, o governo tenta sufocar todos os avanços dos movimentos, a autonomia das mulheres e o fato comprovado de que a violência doméstica é sofrida por milhares de mulheres e meninas dentro de suas próprias casas, na maioria dos casos pelos próprios companheiros, ex-companheiros e parentes. O orçamento de mulheres, diluído nesse único e genérico programa do PPA, que para piorar também excluiu qualquer menção a quilombolas, promoção da igualdade racial e proteção a adolescentes, expressa o machismo, a misoginia e o fascismo que marcam a gestão Bolsonaro e Damares Alves.

Nossa tarefa para reconquistar e avançar na implementação das políticas públicas implantadas após muita luta dos movimentos de mulheres é árdua. Todas as conquistas e a democracia estão sob ataque. Mas nossa resistência, a história demonstra, é muito maior.

Muito obrigada pela atenção de todas vocês.

Eleonora Menicucci

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2012-2015);
 Profa. Titular Sênior em Saúde Coletiva da Unifesp

Boa tarde a todas, todos e todxs.

Quero dizer da minha alegria de estar aqui e de ter, na medida do meu possível, contribuído com Wânia e Jacqueline para a construção deste evento; cumprimentar e agradecer ao Instituto de Estudos Avançados da USP, por nos sediar e, segundo disse Wânia, o primeiro de uma série de eventos dentro desse leque importantíssimo nesse momento, que são os direitos humanos.

Quero cumprimentar as minhas queridas amigas, Jacqueline Pitanguy, Rosiska, Jurema, Iriny, Nilma, e fazer duas homenagens: primeiro, tod@s os 430 mil mortos pela Covid-19 e pela irresponsabilidade, pela incompetência desse genocida da necropolítica que está no governo hoje, que não merece que citemos o seu nome. Quero fazer uma homenagem muito respeitosa e muito carinhosa às minhas duas queridas amigas que não estão mais entre nós: Ruth Escobar, feminista, que foi pioneira na história das políticas públicas para as mulheres. E a minha querida amiga, companheira, feminista, Nilcea Freire, que nos deixou de forma tão precoce, de forma tão abrupta e que foi, sem dúvida nenhuma, uma das grandes ministras que os governos democráticos e, no caso, os governos do PT deram ao Brasil e às mulheres brasileiras. Nilcea e eu formamos a dupla das duas ministras mais longevas, nessa linha do tempo. Quero fazer uma referência às minhas amigas feministas jurássicas, Jacqueline e Rosiska. A Jacqueline principalmente, que nos conhecemos há décadas, e ela, quando presidenta do Conselho, eu era conselheira e fizemos o *Lobby* do Batom, na Constituição de 1988, sob sua liderança, e depois eu tive a honra, como ministra, de convidá-la para ser Conselheira Emérita do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cuja presidenta Dilma Rousseff assinou com a maior alegria do mundo.

Postas essas minhas palavras, reafirmo que o que nos une é o feminismo, para além dos partidos, porque nós somos o que somos e só fomos o que fomos por sermos feministas, cada uma dentro do seu espaço, dentro do seu estado, da sua frente de atuação. O feminismo é fundamental

na vida de nós, mulheres, independentemente de onde estivermos, e eu acredito que todas nós tivemos a oportunidade de colocar os nossos sonhos feministas da pauta feminista numa propositura de transformar, em formulação de políticas públicas, para o bem-estar das mulheres e garantir o viver das mulheres sem violência, sem estupro, sem feminicídio, sem violência de qualquer forma, sem violência obstétrica; poder de escolher qual o momento para ter ou não ter filho, o direito de interromper uma gravidez quando ela, naquele momento, não for desejada, e o direito de amar quem for.

Destaco a importância desse evento por acontecer na semana que completa cinco anos do golpe contra a presidenta Dilma, que foi dia 12 de maio.

Esse evento também assume uma característica muito importante e forte porque somos mulheres que denunciávamos incansavelmente o desmonte dos direitos nesses cinco anos, que destituiu a primeira mulher eleita e reeleita, por duas vezes, sem nenhum crime de responsabilidade: reforço a misoginia do golpe que provocou um impacto muito grande na vida das mulheres, da população negra, indígena e quilombola, da população pobre, da população LGBTQIA+.

Abordarei três aspectos. Primeiro, reforçar a importância das conferências internacionais, muito bem abordado por Jacqueline, e quero aqui reforçar o que disseram as que me antecederam: a quem esse governo representa? A uma parcela de 27% de evangélicos fundamentalistas, teocráticos, onde nós não estamos.

Segundo, a importância da continuidade que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres deu à participação nessas conferências; e quero destacar as Conferências Latino-Americanas do Caribe e da América do Sul, que foram fundamentais no âmbito das conferências internacionais, onde o Brasil sempre teve um protagonismo nessas conferências ao defender a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, do enfrentamento a violência contra a mulher, do trabalho igual-salário igual, trabalho da pauta pelo reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+, das mulheres indígenas e negras. Nós tivemos uma importância enorme, fundamentalmente pela participação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, da sociedade civil em todas as comissões, nas conferências no Mercosul. Quero lembrar o imenso protagonismo do Brasil na Conferência do Mercosul – e eu, como ministra – ao assumir a liderança da formulação e apresentação do documento que firmado nessa conferência do Uruguai, sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Para mim, nessa

Cadernos Cedec, n. 133, 2021

pauta, todos os governos democráticos têm uma dívida de direitos com as mulheres brasileiras no avanço na legislação do aborto legal. Isso, por quê? Não porque eles não quisessem, mas porque nós temos um Congresso Nacional muito retrógrado, muito atrasado, muito fundamentalista.

E, finalmente, quero dizer das quatro Conferências Nacionais que fizemos e dos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, tanto na sua importância para a formulação das políticas para as mulheres como para o controle social em todas as esferas federal, estaduais e municipais. São fundamentais porque as diretrizes estão lá discutidas e aprovadas nas quatro conferências.

Na sequência destacarei algumas das principais políticas implementadas nos nossos governos e desmontadas pelo atual governo.

A política do enfrentamento à violência, a Lei Maria da Penha, o mandato de Nilceia teve um protagonismo fundamental sob sua liderança. No mandato da Iriny e no meu, implementamos O Pacto para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Leis Maria da Penha, Lei sobre o Femicídio e a PEC das Trabalhadoras Domésticas com a integral participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

No nosso mandato criamos política pública para o enfrentamento à violência contra as mulheres com o Programa Mulher Viver Sem Violência, lançado em março de 2013 com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes, voltados ao acolhimento integral às mulheres vítimas de violência, mediante a articulação de todos os serviços especializados interdisciplinares, saúde, justiça, segurança pública, rede socioassistencial e da promoção da autonomia econômica, integradas dentro de um espaço físico.

Essa iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto n.8.086 de 30 de agosto de 2013, com doação orçamentária de R\$ 360 milhões. O Programa continha os seguintes eixos de ações públicas: implementação da Casa da Mulher Brasileira; atendimento ampliado do Disque 180; fortalecimento e aprimoramento do atendimento às vítimas de violência sexual nos serviços de saúde e coleta de vestígios de crimes sexuais; implantação e manutenção dos Centros de Atendimento às mulheres em regiões de fronteiras secas; campanhas continuadas de conscientização e as Unidades Móveis, conhecidas como ônibus Lilases, para atendimento às mulheres da floresta, do campo e das águas.

Dessas ações, a Casa da Mulher Brasileira representou um salto conceitual e político nas ações para o enfrentamento à violência de gênero, ao se sustentar no paradigma Acolhimento, Atendimento e rompimento do ciclo da violência. Essa formulação exigia reunir em um mesmo espaço físico todos os serviços, com exceção dos da saúde/SUS, necessários para o acolhimento, atendimento e cura das mulheres vítimas de violência. Um dos propósitos importantes foi incluir o atendimento psicossocial para possibilitar a essas mulheres romperem o ciclo da violência, apoiando-as no difícil processo de reintegração ao mundo do trabalho e ao convívio social.

Das 27 Casas da Mulher Brasileira previstas, inauguramos duas – a de Campo Grande e de Brasília. Com o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, estavam com inaugurações previstas as de Curitiba, Boa Vista, São Paulo, São Luiz, Fortaleza e Salvador. Hoje, cinco anos após o golpe, os estados de Piauí, Ceará, Bahia e São Paulo assumiram a política e inauguraram-nas com recursos próprios, embora algumas delas estejam em desvio de função, como Curitiba, São Paulo e Boa Vista.

Entregamos também 54 Unidades Móveis, duas por estado, que também estão paralisadas em sua grande maioria como serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Finalmente, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – criada em 2005, transformada em Disque Denúncia, que concretizou a resolução mais imediata dos casos ao encaminhá-los para os pontos focais da área de Segurança Pública e Ministério Público, visando agilização dos processos. O 180 também contava com um atendimento especializado e exclusivo para brasileiras que viviam no exterior e necessitavam de proteção.

Eu digo isso por quê? Hoje nós temos, entre 2019 e 2020, um aumento de 255% na violência contra as mulheres, e um aumento de 130% no feminicídio, sendo 5 mulheres assassinadas por dia no Brasil, enquanto assistimos a todo um desmonte dessas políticas e nenhum recurso orçamentário destinado às tais políticas.

Outra política pública foi a criação do Fórum Contra a Violência das Mulheres do Campo e da Floresta, que abriu espaço para que as mulheres do campo e da floresta reivindicassem documento, RG. Entregamos mais de 2 milhões de documentos para trabalhadoras rurais; eu entreguei o milionésimo RG nas mãos de uma trabalhadora rural da Bahia. O que significa uma mulher sem RG? É sem identidade, sem cidadania.

Quero pontuar as três leis que possibilitaram uma importante mudança na vida das mulheres: Lei Maria da Penha, que institucionalizou o combate, o enfrentamento à violência contra as mulheres, formulada por um comitê de *expertise* de advogadas feministas para pensar, formular a Lei Maria da Penha que hoje corre risco no Congresso Nacional de retrocesso. Por quê? Porque o governo neofascista quer retirar o conceito de gênero, o que exige grande pressão do movimento de mulheres e feministas.

A outra lei é a do Femicídio, que tive a honra de, junto com a presidenta Dilma, sancionar. O Brasil foi o 16º país a ter uma Lei do Femicídio, e hoje, embora seja uma das leis que alcançaram visibilidade, as mulheres continuam sendo assassinadas, visto que o patriarcado é cultural, capitalista e racista. E a Lei da PEC das Trabalhadoras Domésticas, que ampliou os direitos das trabalhadoras domésticas de nove para todos os direitos da então, CLT. Essa Lei também foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Quero terminar aqui dizendo do impacto dessa pandemia sobre as mulheres e é pelas nossas vozes que essa denúncia tem que ser feita, o impacto sobre as trabalhadoras domésticas, sobre as diaristas, sobre as mulheres negras, as mulheres pobres. E quero reforçar que é a população negra que está sendo menos vacinada, porque além de não ter acesso, a longevidade delas é muito menor do que a da população branca.

Termino com a mensagem de esperança do verbo esperar. Que esse nosso encontro nunca nos permita esquecer e nos lembre sempre que não podemos nos sentar na cadeira de balanço vendo a banda passar: nós temos que estar sempre em movimento e fazendo parte da banda. São as mulheres de cabelos prateados, são as mulheres de uma geração que construiu a duras penas, abriu janelas e portas para que uma geração de jovens, de mulheres de todas as raças, todas as cores, todas as orientações sexuais pudessem ter mais garantia de vida, garantia de ir e vir e se reconhecerem como mulheres. O que nos dá a certeza da luta para derrubar esse governo que está aí, haveremos de reconquistar as políticas para as mulheres e que as jovens vejam, nessa linha do tempo, um sinal de muita vida e muita esperança.

Foi um grande prazer estar com vocês hoje aqui, muito obrigada, e que a esperança, do verbo esperar, nos guie sempre. Um beijo enorme, muito obrigado.

Nilma Lino Gomes

Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2015-2016)

Cumprimento a todas as pessoas que assistem a esse seminário, essa *live*, e, em especial, cumprimento as minhas queridas colegas Jacqueline Pitanguy, Rosiska de Oliveira, Solange Bentes Jurema, Emília Fernandes, Iriny Lopes e Eleonora Menicucci, todas elas mulheres que foram presidentas ou ministras de organismos, de políticas voltadas para as mulheres no nosso país após a redemocratização. Tenho muito orgulho de ter sido antecedida por essas mulheres lutadoras, cujos nomes estão gravados na história de luta e de conquista das mulheres no Brasil.

A minha participação no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos correspondeu aos anos 2015 e 2016, ou seja, fui a última mulher e uma mulher negra a ocupar essa pasta no período democrático no nosso país, antes do golpe de 2016 e da ascensão da extrema-direita ao poder, nas eleições de 2018. Isso para mim é motivo, ao mesmo tempo de orgulho e alegria, também de tristeza, pela forma como fomos interrompidas em um processo de construção democrática do país e das políticas para as mulheres.

Fui convidada pela presidenta Dilma Rousseff, em 2014, para assumir primeiramente a pasta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a partir de 2015. No entanto, após tomar posse e iniciar o trabalho no Ministério da Igualdade Racial, passamos a enfrentar um momento político muito difícil para o Brasil, que costumo chamar de período pré-golpe. Nesse, tanto a presidenta Dilma quanto todo o governo sofremos uma tremenda pressão por parte das forças reacionárias, midiáticas, empresariais, fundamentalistas religiosas, de direita e extrema-direita e setores ultraconservadores do Judiciário. Uma das ações dessa pressão foi a demanda para diminuição de ministérios, o que resultou em várias mudanças na estrutura organizativa do governo. Dentre essas, estava a junção de várias pastas que antes trabalhavam de formas separadas.

Os ministérios que realizavam políticas transversais não conseguiram escapar a essa mudança imposta de fora para dentro. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) foram aglutinadas em uma só pasta. Éramos três ministérios transversais, porém, cada um com sua Cadernos Cedec, n. 133, 2021

autonomia, equipes e orçamento próprios, desafiados a fazer trabalhos conjuntos, com os outros ministérios e com os movimentos sociais.

Esse foi um momento muito tenso. À época, Eleonora Menicucci, ministra de Políticas para as Mulheres, e eu, de Igualdade Racial, bem como Pepe Vargas, dos Direitos Humanos, não concordamos com a junção de ministérios distintos em uma só pasta. Nem tampouco concordavam com essa mudança os movimentos sociais com os quais dialogávamos e junto com os quais discutíamos a implementação das políticas, ou seja, movimentos de mulheres, movimento negro, movimento quilombola e movimentos dos direitos humanos.

Não nos parecia razoável e nem politicamente prudente a criação, sob pressão, de um grande ministério que unisse todas as três pastas. Porém, sabemos que, na vida política, muitas vezes as pressões nos levam a determinadas escolhas e respostas com as quais nem sempre estamos de pleno acordo. E a resposta possível naquele momento foi a junção dos ministérios. A partir de então, participamos da construção de um grande ministério, o Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Mais tarde, a Secretaria Nacional da Juventude também foi incorporada a essa nova estrutura.

A colega Eleonora Menecucci e os colegas Rogério Sotilli e Ronaldo Barros, sob a minha coordenação e trabalhando conjuntamente e de forma articulada com as nossas equipes, tivemos a grande tarefa de construir esse novo ministério, com secretarias específicas, correspondentes às nossas antigas pastas. Foi um período de oito meses, entre 2015 até os primeiros meses de 2016, no qual tivemos muitas reuniões, discussões com as equipes, diálogos e tensões. Também elaboramos planos de ação, discutimos com os movimentos sociais, com os conselhos de participação popular, além de realizarmos inúmeras reuniões com o Ministério do Planejamento.

Um dos desafios desse período foi não diminuir as ações e as políticas que vínhamos realizando, cada um nos seus antigos ministérios pelos quais éramos responsáveis. Foi nesse período, então, que realizamos a última Conferência para as Mulheres, bem como a última Conferência de Direitos Humanos e a última Conferência da Juventude. Apoiamos e participamos da Marcha das Mulheres Negras, em 2015.

A última Conferência para as Mulheres foi muito especial. Ela foi realizada no período em que o golpe estava prestes a acontecer. Nesse momento, um conjunto enorme de mulheres

seguiu até o Palácio do Planalto para prestar a sua solidariedade à presidenta Dilma Rousseff. O objetivo era mostrar para a sociedade que a luta das mulheres ultrapassava os poderes reacionários e que, mesmo que nos retirassem do poder, continuaríamos lutando pela igualdade de gênero e pela continuidade das políticas para as mulheres.

E é isso que continuamos a afirmar ao denunciarmos o Desmonte das Políticas Públicas para as Mulheres, no Brasil, por meio do lançamento de um manifesto coletivo. Reconhecemos os retrocessos que aconteceram, mas não nos curvamos a eles. Vamos continuar lutando para que a democracia seja, de novo, restabelecida em nosso país e que a educação, a saúde, o trabalho, a previdência, a questão orçamentária, a justiça e a política para as mulheres sejam retomadas e voltem fortalecidas com a retomada da democracia. Lutamos para que, nas eleições de 2022, recuperemos o Estado Democrático e de Direito tão atacado pelo golpe de 2016 e pelo desgoverno de extrema-direita e sua necropolítica. E assim, as políticas de igualdade racial, de direitos humanos e para as mulheres voltarão renovadas e fortes. Esse é o nosso desejo e é o meu desejo.

Deixo, aqui, uma breve reflexão do que foi a truculência golpista que, por meio de um golpe parlamentar, interrompeu o processo democrático em que vivíamos. Um golpe midiático, jurídico, de classe, raça e gênero, que depôs a primeira e única mulher presidenta do Brasil. É extremamente triste acompanhar as políticas para as mulheres e outras políticas sociais sendo, literalmente, extintas pelo atual desgoverno de extrema-direita cujo caminho foi pavimentado em 2016. No contexto do desgoverno que tomou posse com as eleições de 2018, muitas dessas políticas atualmente aparecem como algo figurativo na estrutura governamental, são políticas *fake* e estão longe do caráter estrutural que já possuíram nos governos passados, em especial, na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Homenagem

Sobre Nilcea Freire

Jacqueline Pitanguy

Estar com Nilcea era estar em constante movimento, nada de silêncios e paralizações corroendo o tempo das mulheres. Nilcea era voz e ação. Acho que ela tinha uma noção precisa do *timing* político e uma grande visão estratégica, que ditavam as prioridades e os ritmos em sua gestão como ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e como presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Foi em sua gestão que me tornei Conselheira de Notório Saber e me lembro que, logo em uma de minhas primeiras reuniões no CNDM, sugeri que lançássemos uma campanha pelo direito de interromper a gravidez em casos de anencefalia em apoio à ADPF no Supremo Tribunal Federal, e seu apoio foi imediato, sem hesitações.

Tive a alegria de conviver com Nilcea nessa sua jornada de afirmação de direitos das mulheres em um momento político de esperança, utopias, realizações. As nossas reuniões eram intensas, a pauta extensa, as mulheres em sua diversidade buscando consensos, propondo e apoiando programas e iniciativas, discutindo, demandando, e nunca senti que Nilcea vestisse um manto de autoridade e hierarquia e se distanciasse das conselheiras. Ela estava conosco, naquele espaço político, como companheira. Sim, acho que companheira define a Nilcea. Porque companheirismo significa solidariedade, empatia, lealdade, compromisso.

Para Nilcea, ser ministra da SPM ia muito além de exercer com eficiência burocrática essa função. Ela foi uma grande ministra porque foi companheira e solidária com as mulheres, e porque era capaz de sentir empatia. E de agir. Sua repulsa ao racismo, seu compromisso com a igualdade social e os direitos humanos e seu sentido estratégico a tornaram a primeira reitora na UERJ, ainda no início dos anos 2000, a implantar o sistema de quotas no país.

Esse mesmo sentido estratégico a impulsionou na organização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Eu ainda não fazia parte do CNDM e ela me convidou para falar nessa Conferência, e me lembro emocionada desse momento em que novamente havia solidariedade entre movimentos e organizações de mulheres da sociedade civil e um órgão de governo. Porque sentíamos que estávamos somando forças, a partir e por causa de nossa diversidade. Caminhamos juntas, nessa Conferência, entendendo a necessidade de ter no país agendas consensuais entre estado e sociedade civil e rotas para navegar.

Nilcea foi também pioneira em traçar, com as companheiras da SPM e do CNDM, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nilcea e a SPM tiveram papel fundamental na Lei Maria da Penha, assim como na criação das Casa da Mulher Brasileira, na instalação do número telefônico 180 para denunciar violência, entre muitas outras iniciativas desenvolvidas durante seu mandato de Secretária de Políticas para as Mulheres, até 2010.

Quando ela deixou o governo, com algumas companheiras pensamos que seria um nome ideal para assumir a ONU Mulheres, que acabava de ser criada. Era o momento para que ela levasse seu compromisso, eficiência e solidariedade a esse espaço internacional. Sua candidatura não foi adiante porque significava concorrer com Michele Bachelet que acabava de terminar seu mandato de presidente do Chile com alta popularidade. Mas Nilcea se internacionalizou, de outra forma, atuando como representante da Fundação Ford no Brasil.

Voltei a ter contato com ela, através da Cepia, em projetos sobre saúde reprodutiva e o Zika vírus. Como médica, ela ficou profundamente tocada com os terríveis efeitos da síndrome secundária do Zika vírus sobre as crianças, e como feminista e companheira, com o drama das mulheres gestantes contaminadas por esse vírus e a necessidade de fazer valer seus direitos reprodutivos.

Já então Nilcea havia feito uma cirurgia e lutava contra o câncer. Mas em nenhum momento senti que o câncer dominasse seu território físico e emocional. Nilcea continuava em movimento, como nas palavras de Vandrê “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”...

Nilcea fez a hora! Nunca esperou acontecer.

Agosto 2020.

Manifesto das Ex-Presidentas e Ex-Ministras dos Organismos de Políticas para Mulheres: Os Direitos das Mulheres são Conquistas Diárias

Ao longo da Ditadura Militar nós, mulheres, lutamos pela redemocratização das instituições políticas do país e pela qualificação do conceito de democracia, para que incluísse o princípio da igualdade entre mulheres e homens.

Em 1985 a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher foi uma conquista política do movimento feminista e de movimentos diversos de mulheres unidas na afirmação da necessidade de criar um órgão com autonomia administrativa e recursos orçamentários que levasse a cabo políticas públicas para as mulheres, em sua diversidade.

O Conselho inaugura a institucionalização de políticas públicas para as mulheres em âmbito federal. Atuou com as mulheres brasileiras na luta para inscrever na Constituição de 1988 os princípios da igualdade e da equidade em todas as dimensões da sua vida: na família, no trabalho, na saúde, na educação, na política, para afirmar a plena igualdade entre os cônjuges no casamento, a ampliação da licença maternidade, o dever do Estado em coibir a violência doméstica, o direito de decidir livremente sobre sua vida reprodutiva. Compreendendo a heterogeneidade da categoria mulher, inscreveram direitos das trabalhadoras domésticas, de mulheres rurais, de mulheres negras, de mulheres em situação prisional.

No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instituída, em 2002, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, com *status* de Ministério, vinculada ao Ministério da Justiça. A esse novo patamar de institucionalidade se acrescenta importante medida do governo do presidente Lula que, em 2003, estabelece a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, com *status* ministerial, fortalecida e consolidada no governo da presidenta Dilma Rousseff, com recursos orçamentários e de pessoal, próprios

Até 2016, mediante diversos programas, as políticas públicas para as mulheres foram institucionalizadas no país. Em diálogo com os movimentos de mulheres, e ações articuladas com outros ministérios, avançou a igualdade de gênero. São muitas as conquistas formalizadas por meio das Conferências de Políticas para as Mulheres e a elaboração de Planos Nacionais de Políticas para as

Mulheres, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a implementação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, o Programa Mulher, Viver sem Violência e a criação da Casa da Mulher Brasileira, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o apoio à aprovação e implementação da Lei Maria da Penha, à Lei do Feminicídio, o programa Gênero e Diversidade nas Escolas, Mulher e Ciência, o PNAISM voltado para a saúde da mulher, o Pronatec de qualificação para o trabalho e a PEC das Trabalhadoras Domésticas são alguns exemplos.

Nos foros internacionais o Brasil foi escutado e respeitado por sua postura de compromisso com o avanço dos direitos humanos das mulheres. Inicialmente representado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e depois pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o país contribuiu com exemplos de uma política institucional voltada para a plena igualdade e autonomia das mulheres, em sua diversidade.

Nesse percurso democrático, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), no começo do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o CNDM assumiu a delegação oficial do Brasil e trouxe consigo a Plataforma de Ação de Beijing, conjunto de compromissos assumidos pelos países e que ocupariam sua trajetória na implementação desses compromissos em Estratégias da Igualdade.

Nos anos 2000, a SPM deu continuidade à representação na política internacional, ampliando a participação do governo federal nos foros regionais e internacionais de direitos humanos. Como resultado desse processo, construiu importantes alianças com os países que defendiam os direitos das mulheres, sua autonomia sexual e reprodutiva, e combatiam as desigualdades de gênero em todas as suas expressões, especialmente a violência contra meninas e mulheres.

Ao longo de 40 anos, em contextos políticos e econômicos diversos, os princípios de igualdade e equidade das mulheres com relação aos homens, o respeito à diversidade e ao pluralismo e a afirmação da laicidade do Estado foram considerados pilares das políticas públicas desenvolvidas nos governos democráticos que se sucederam. Pilares afirmados também nas esferas internacionais em que o Brasil sempre foi respeitado por sua afirmação dos direitos humanos.

O golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, marcou o ponto de inflexão nesse processo e passamos a assistir ao desmantelamento do que foi construído ao longo dessas décadas e ao fechamento do ciclo virtuoso de afirmação dos direitos humanos das mulheres.

Nós, que entre 1986 e 2016 exercemos os cargos de presidentas, secretárias e ministras de órgãos voltados para a afirmação e o exercício dos direitos das mulheres, nos reunimos hoje, profundamente consternadas com as milhares de vidas perdidas em nosso país pela pandemia do coronavírus. E pelo grave momento de retrocessos e desrespeito aos espaços de controle social que caracterizam a atuação do governo federal, especialmente em relação às conquistas e avanços das políticas públicas para as mulheres, jovens e idosos.

Alertamos para o avanço de uma agenda política de moral e costumes que desrespeita a laicidade do Estado e utiliza a religião para atentar contra os direitos humanos das mulheres, arduamente conquistados na Constituição, regulamentados em legislações nacionais, afirmados em tratados, convenções e acordos internacionais das quais o país é signatário, e exercidos por meio de políticas públicas.

O atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos atua como o “braço forte” do chamado núcleo ideológico deste governo. Impõe uma perspectiva fundamentalista/religiosa, familista e patriarcal a seus programas e a transversaliza aos ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, da Educação, sob a orientação da Presidência da República e com o aval de grupos conservadores presentes no Legislativo e no Judiciário.

Com particular empenho, em um esforço concertado de vários ministérios, o governo atua, nacional e internacionalmente, no sentido de negar a todas o direito a interromper a gestação, mesmo nos casos previstos em lei, visando impor, em nome de princípios religiosos que devem guiar vidas individuais, normas coletivas. Atua também no sentido de dificultar o funcionamento dos serviços de atenção à saúde sexual e reprodutiva, rejeitando inclusive orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) nesse sentido, com graves consequências para a saúde integral das mulheres e o agravamento da mortalidade materna durante a Covid-19.

A atual secretaria das Mulheres ignora os avanços anteriores, desconsidera o papel de monitoramento e deliberação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e não possui recursos orçamentários suficientes para viabilizar políticas públicas para as mulheres, especialmente neste momento de aumento da pobreza, da fome, do desemprego e da violência doméstica.

A educação também sofre com o conservadorismo atual – o conceito de gênero e o enfrentamento à violência contra as mulheres são banidos de planos educacionais e de programas governamentais, proibindo a educação sexual nas escolas.

Destacamos as três importantes Leis aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma, que hoje correm sérios riscos de retrocesso com propostas da bancada fundamentalista: Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e PEC das Trabalhadoras Domésticas.

Vexatória é a postura do Brasil nos foros internacionais, unindo-se a países que, historicamente, negam os direitos humanos das mulheres, o que é exemplificado na liderança exercida pelo Brasil no chamado Consenso de Genebra, que reúne países árabes, além da Hungria e a Polônia, com governos de extrema-direita.

É urgente chamar a atenção das mulheres, em sua diversidade, para esse projeto de destruição de seus direitos – preconceituoso, racista, homofóbico e transfóbico –, e para a necessidade de que seja revertido por nós, da geração que contribuiu para escrevê-los, e sobretudo pelas jovens, para que as futuras gerações vivam em um país que respeita as mulheres como cidadãs plenas de direitos em suas vidas educacional, profissional, afetiva, familiar, sexual, reprodutiva, política. Para que vivam sem violência e a imposição de dogmas e preconceitos que tolhem sonhos, liberdades, autonomia e dignidade.

Nossa caminhada conjunta fez e com certeza continuará fazendo a diferença. Resistam e fortaleçam as trincheiras de luta e de trabalho em defesa dos direitos das mulheres.

São Paulo, 14 de maio de 2021.

Subscvem,

Jacqueline Pitanguy, presidenta do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1986-1989)

Rosiska Darcy de Oliveira, presidenta do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1995-1999)

Solange Bentes Jurema, presidenta do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1999-2002)

Emília Fernandes, ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2003-2004)

Iriny Lopes, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (2011-2012)

Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres (2012-2015)

Nilma Lino Gomes, ministra do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015-2016)

